

Diário do Legislativo de 16/04/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – segundas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Luiz PMDB
Tadeu Leite

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2 - ATAS

2.1 - 12ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais - Acemg - pelos 40 anos de Fundação

2.2 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

"ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2007"

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício de sua competência prevista no art. 62, inciso XXII, da Constituição do Estado, e observando o disposto nos arts. 207, 216 e 221 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativa ao exercício de 2007, encaminhada pelo Ofício n.º 15/2008, publicado no "Diário do Legislativo" de 3/4/2008.

NOTA DE CONFERÊNCIA

(inciso IV, do art. 7º, da IN 15/2004)

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXERCÍCIO: 2007

GESTOR: CONSELHEIRO ELMO BRAZ SOARES

ARTIGO 1º

Item	Documentos	Folhas
I	Relatório sobre os atos de gestão	
A	Descrição da execução do Programa de Trabalho por meio do cumprimento das metas físicas e financeiras, por função, subfunção, programa, projeto, subprojeto, atividade, subatividade e operações especiais, evidenciando a implementação da ação governamental, com esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos	16/20
B	Descrição das medidas adotadas com vistas a sanear eventuais disfunções estruturais e/ou conjunturais que prejudicaram ou inviabilizaram a execução das ações programadas	21
C	Demonstração do comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal, incluindo, se houver, a contratação de pessoal apropriada como Outras Despesas de Pessoal e descrevendo as medidas corretivas adotadas, ou a adotar, quando ultrapassados os limites da despesa de pessoal definidos para o órgão	22/24
II	Relatório sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial	
A	Demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os, por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados, conforme Anexo I	26/27
B	Demonstração da execução física e financeira de projetos, subprojetos, atividades e subatividades objetos de financiamento nacional e internacional, especificando as partes envolvidas, detalhando os valores totais previstos e os valores realizados no exercício e até o exercício, bem como as contrapartidas oferecidas e os motivos que inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade da ação proposta, indicando as providências adotadas	28/42
C	Demonstração da composição do montante da despesa de pessoal, evidenciando os valores relativos a sentenças judiciais, a despesas de exercícios anteriores, a indenização por demissão de servidores e a incentivos à demissão voluntária, conforme Anexo II	43/44
D	Comparativo da despesa de pessoal do exercício anterior com a do exercício findo, incluindo os gastos relativos à contratação de pessoal para substituição de categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão, evidenciando a finalidade das contratações, com as justificativas para as variações ocorridas de um exercício para o outro, conforme Anexo III	45/46
E	Demonstração da despesa com a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no exercício, especificando o instrumento normativo que autorizou a contratação, a quantidade de contratados, a finalidade e o total da despesa executada	47

F	Demonstração analítica, por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, das Despesas de Exercícios Anteriores, acompanhada das justificativas para a sua execução	48/49
G	Demonstração das contas analíticas que compõem o grupo Estoque do órgão, identificando os saldos do período anterior, entradas e saídas no exercício, os saldos na data do encerramento, eventuais diferenças apuradas pela comissão inventariante e as providências adotadas para regularização	50/69
H	Demonstração analítica da conta contábil Diversos Responsáveis em Apuração, bem como da conta contábil Diversos Responsáveis Apurados, identificando, em cada uma delas, as datas dos registros dos débitos, os nomes dos devedores, os valores correspondentes e as providências administrativas adotadas para apuração e regularização das pendências	70/73
I	Demonstração das contas analíticas que compõem o grupo Imobilizado do órgão, identificando os saldos do período anterior, as incorporações e baixas no exercício, os saldos na data do encerramento, eventuais diferenças apuradas pela comissão inventariante e as providências adotadas para regularização e, se houver, informações acerca dos critérios utilizados para depreciação, amortização e exaustão	74/112
J	Relação das obras e instalações, em andamento e paralisadas, contendo informações sobre a finalidade da obra, a forma de execução, o número e a data dos contratos, convênios ou instrumento congêneres, as partes convenientes ou empresas contratadas, o valor total previsto e o valor realizado no exercício, a indicação da dotação orçamentária, a parcela e o percentual executados e a executar relativamente ao cronograma físico-financeiro e, ainda, a identificação das causas de paralisação das obras	113/117
K	relação das contas contábeis que compõem os grupos de contas Responsabilidades de Terceiros e Obrigações de Conveniados e de Contratados, identificando eventuais pendências e apontando as providências para regularização, destacando ainda: 1) os responsáveis por bens entregues em decorrência de cessão de uso, conforme Anexo IV; 2) a movimentação a débito e a crédito no exercício, a composição do saldo em dezembro do exercício findo, justificando os valores em aberto, as inadimplências e outras pendências porventura existentes e as medidas tomadas para a regularização de: 2.1) Responsáveis por Diárias de Viagem, conforme Anexo V; 2.2) Responsáveis por Adiantamentos, conforme Anexo VI; 2.3) Responsáveis por Subvenções e Auxílios, conforme Anexo VII; 2.4) Recursos Entregues para Execução de Convênios, conforme Anexo VIII;	118/129
L	demonstração dos saldos em Restos a Pagar Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores, conforme Anexo IX, evidenciando a relação entre o saldo que se transfere para o exercício seguinte e as disponibilidades de caixa do órgão	130/134
M	demonstração dos saldos em Restos a Pagar Não Processados, com justificativas para os cancelamentos e os restabelecimentos ocorridos e para as pendências de exercícios anteriores, conforme Anexo X, evidenciando a relação entre o saldo inscrito e as disponibilidades de caixa do órgão	135/139
N	relação das contas contábeis que compõem os grupos de contas Responsabilidades com Terceiros e Responsáveis por Convênios e Contratos Assumidos, identificando eventuais pendências e apontando as providências para regularização, destacando ainda:	140/150

	<p>1) os responsáveis por bens recebidos em decorrência de cessão de uso, conforme Anexo XI;</p> <p>2) Recursos Recebidos para Execução de Convênios, conforme Anexo XII, e, no caso de repasses de convênios federais, discriminar, por mês, os valores recebidos e apropriados na arrecadação geral do Estado vinculados ao órgão;</p>	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

ARTIGO 2º

Item	Documentos	Folhas
I	balancetes mensais do órgão	152/211
II	balancete de encerramento em 31 de dezembro do exercício findo	212/217
III	demonstração mensal dos repasses financeiros, especificando as datas em que ocorreram	218/234
IV	Demonstrativo dos Créditos Autorizados por Projeto/Atividade	235/237
V	Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa por Projeto/Atividade	238/240
VI	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Classificação Econômica da Despesa	243/246
VII	Demonstrativo da Dívida Flutuante	247
VIII	Composição dos Créditos Autorizados, por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e Modalidade de Aplicação	248/249
IX	relação dos decretos de abertura de créditos adicionais, contendo número, data e valor	250/252
X	cópia das publicações dos instrumentos normativos de constituição de comissões para levantamento da dívida fluante e para elaboração dos inventários físicos e financeiros dos bens e direitos	253/257
XI	relatório da comissão designada para levantamento da dívida fluante, constando a certificação de conformidade entre os saldos físico e contábil, com conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo	258/382
XII	relatório da comissão designada para realização dos inventários de bens em estoque e imobilizado, constando a certificação de conformidade entre o levantamento físico e o registro contábil, com conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo	383/583
XIII	extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo e respectivas conciliações relativas às contas contábeis Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras e Recursos de Contas Arrecadoras Bancárias, acompanhados de relatório identificando as pendências verificadas e os ajustes realizados	586/644
XIV	demonstração anual, por conta bancária, de aplicações financeiras, destacando a movimentação dos valores aplicados, resgatados e os rendimentos auferidos	645/666
XV	certificação dos agentes responsáveis pela movimentação das contas auxiliares das rubricas que compõem as Contas de Movimentação Interna, de que os saldos retratam fielmente o disponível do órgão	667/668
XVI	certificação de conformidade dos saldos das contas contábeis de nível auxiliar que compõem os grupos Responsabilidade de Terceiros	669/670

	e Responsabilidade com Terceiros	
XVII	Termo de Conferência de Tesouraria em 31 de dezembro do exercício findo, assinado pelos integrantes da comissão designada para o levantamento dos valores, acompanhado de cópia do ato de designação da referida comissão	671/673
XVIII	Relatório Anual de Conformidade Contábil – RACC	674/675
XIX	Posição Acumulada da Execução Orçamentária da Despesa	676/680
XX	cópias das publicações trimestrais, no Diário Oficial do Estado, dos montantes da despesa com publicidade do Órgão, nos termos do parágrafo único do art. 17 da Constituição Estadual e do art. 7º da Lei Estadual n. 13.768, de 1º de dezembro de 2000	681/683
XXI	pronunciamento expresso e indelegável do gestor no qual confirmará haver tomado conhecimento das conclusões contidas no relatório de controle interno a que se refere o art. 6º desta Instrução	684/685
§ 1º	Balanço Orçamentário Balanço Financeiro Balanço Patrimonial Demonstração das Variações Patrimoniais Balanço Patrimonial Comparado	-
§ 4º	Notas explicativas	-

ARTIGO 6º

Item	Documentos	Folhas
	relatório do respectivo órgão de controle interno, contendo:	
I	avaliação do cumprimento e da execução das metas previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual	688/690
II	declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial	691/693
III E VI	avaliação dos resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial parecer conclusivo sobre as contas de exercício	694/734
IV	relação das auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial realizadas, indicando as providências adotadas diante das falhas, irregularidades ou ilegalidades porventura constatadas	735
V	avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou tomadas de contas especiais instauradas no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e de comunicação ao Tribunal de Contas	736
§ 2º	esclarecimentos solicitados ao titular do órgão sobre as contas de exercício para fins da emissão do relatório do controle interno	737

10 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1	163.985.309,00		22.884.196,00	560.058,00			187.429.563,00
10 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3			574.830,00	237.001,00			811.831,00
10 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5	26.241.714,59						26.241.714,59
10 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7			3.925.000,00				3.925.000,00
24 - CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES	1			506.944,00	104.832,00			611.776,00
42 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA FUNFIP	5	25.285.809,65						25.285.809,65
43 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA FUNFIP	5	17.728.196,82						17.728.196,82
60 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1			439.831,00	291.662,00			731.493,00
TOTAL		233.241.030,06		28.330.801,00	1.193.553,00			262.765.384,06

OS RECURSOS RECEBIDOS REFEREM-SE ÀS PARCELAS DOS CRÉDITOS AUTORIZADOS PARA AS QUAIS HOVE EFETIVAMENTE APROVAÇÃO DE COTAS.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2008.

LOCAL E DATA:

GERALDO PAULINO DA SILVA

CONTADOR - CRC-MG 65.721

ELMO BRAZ SOARES

PRESIDENTE

COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	VALOR		QUANTIDADE		JUSTIFICATIVAS DAS VARIÁÇÕES	FINALIDADES DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS E DE TERC. DE MÃO-DE-OBRA
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO ATUAL		
01.122.001.2.009.0001-3190.11	35.940.126	37.428.892			Plano de carreira - Lei 13.770/2000	
01.122.001.2.009.0001-3190.13	3.797.180	3.910.452				
01.122.001.2.009.0001-3190.16	564.595	967.675				
01.122.001.2.009.0001-3190.92	966.286	956.900				
TOTAL DA 2.009	41.268.187	43.263.919	407	377		

01.032.597.4.121.0001-3190.11	72.718.574	76.136.751			Plano de carreira - Lei 13.770/2000	
01.032.597.4.121.0001-3190.13	7.790.283	7.995.821				
01.032.597.4.121.0001-3190.16	963.530	1.404.057				
01.032.597.4.121.0001-3190.92	1.344.816	1.933.398			Pagamento verbas retidas	
TOTAL DA 4.121	82.817.203	87.470.027	682	669		
01.122.593.2.010.0001-3190.11	23.547.954	25.343.682			Plano de carreira - Lei 13.770/2000	
01.122.593.2.010.0001-3190.13	2.788.203	2.728.295				
01.122.593.2.010.0001-3190.16	511.190	328.553				
01.122.593.2.010.0001-3190.92	1.189.963	1.183.600			Pagamento verbas retidas	
TOTAL DA 2.010	28.037.311	29.584.130	186	188		
01.272.002.7.006.0001-3190.01	65.440.074	63.025.905				
01.272.002.7.006.0001-3190.03	3.205.310	3.153.594				
01.272.002.7.006.0001-3190.11	14.023	6.724				
01.272.002.7.006.0001-3190.13	0,00	0,00				
01.272.002.7.006.0001-3190.16	102.890	497.727				
01.272.002.7.006.0001-3190.92	3.417.176	5.012.029			Pagamento verbas retidas	
TOTAL DA 7.006	72.179.473	71.695.979	461	466		
TOTAIS	224.302.174	232.014.055	1736	1700		

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

	GD	M	Valor	Justificativa
3	1	90	R\$ 9.085.928,22	Pagamento de verbas retidas
3	3	90	R\$ 49.715,77	Refere-se a pagamento de parte de Notas Fiscais da Relacional Consultoria Ltda, Minas Forte Segurança e Vigilância Ltda, Arizona Assessoria

				Empresarial e Serviços Técnicos Ltda, dentre outras, cuja inscrição em Restos a Pagar no exercício anterior, foi inferior ao realizado.
4	4	90	R\$ 0,00	

1.4.2.01.01.00.00 - BENS MÓVEIS

CONTA AUXILIAR	DESCRIÇÃO DO ITEM	SALDO EM DEZEMBRO/2006	DÉBITOS NO ANO	CRÉDITOS NO ANO	SALDO EM 31/12/2007
5206	06-Equip. de Com. e Telefonia	111.135,56	2.650,00	-	113.785,56
5207	07-Equip. de Informática	2.924.147,21	56.264,76	-	2.980.411,97
5208	08-Equip. som, vídeo, fotográfico e cinematográfico	145.665,60	315,70	-	145.981,30
5209	09-Equip. Hospitalares, Odontológico e de Laboratório	133.211,90	-	-	133.211,90
5210	10-Ferramentas, Equip. e Instrumentos P/ Oficina, Medição e Inspeção	17.326,75	131,20	-	17.457,95
5212	12- Máq., Apar., Utens. e Equip. de Uso Administrativo	322.071,06	12.435,48	3.096,90	331.409,64
5214	14-Mobiliário	1.815.823,92	61.842,14	-	1.877.666,06
5215	15-Objetos de Arte e Antiguidades	151.200,16	-	-	151.200,16
5217	17-Veículos	1.475.962,27	-	-	1.475.962,27
5218	18-Coleção e Materiais Bibliográficos	188.541,92	20.070,00	8.880,00	199.731,92
5220	20-Equip. de Segurança Eletrônica	32.139,08	-	-	32.139,08
5299	99- Outros Materiais Permanentes	8.533,50	-	-	8.533,50
	TOTAL	7.325.758,93	153.709,28	11.976,90	7.467.491,31
DÉBITOS DO ANO PARA A UNIDADE EXECUTORA					R\$ 153.709,28

(-) ESTORNO DE LANÇAMENTOS			R\$ 11.976,90
(=) INCORPORAÇÕES PATRIMONIAIS EM 2007(*)			R\$ 141.732,38
(+) SALDO DO ANO ANTERIOR			R\$ 7.325.758,93
(=)SALDO ATUAL			R\$7.467.491,31
(*)DEMONSTRATIVO DAS INCORPORAÇÕES PATRIMONIAIS EM 2007			
Incorporações de janeiro a novembro de 2007			141.732,38
Incorporações em dezembro de 2007			0,00

1.4.2.01.88.02.00 - BENS IMÓVEIS

1.4.2.01.88.00.00 - BENS PATRIMONIAIS A CLASSIFICAR/INCORPORAR						
SALDO EM DEZEMBRO/2006	DÉBITOS NO ANO	CRÉDITOS NO ANO	SALDO EM 31/12/2007			
-	60.000,00	60.000,00	0,00			
-	60.000,00	60.000,00	0,00			
DÉBITOS DO ANO PARA A UNIDADE EXECUTORA						R\$ 60.000,00
(-) ESTORNO DE LANÇAMENTOS						R\$ -
(=) VALOR INCORPORADO AO PATRIMÔNIO (CONTA CONTÁBIL 142.01.02.00.00)						R\$ 60.000,00
CONTA AUXILIAR	DESCRIÇÃO DO ITEM	SALDO EM DEZEMBRO/2006	DÉBITOS NO ANO	CRÉDITOS NO ANO	SALDO EM 31/12/2007	
5101	Estudos e Projetos de Bens Patrimoniáveis	44.489,42	-	-	44.489,42	
5103	Execução de obras por Contrato de Bens Patrimoniáveis	8.717.895,40	60.000,00	-	8.777.895,40	
5104	Instalações	154.102,59		-	154.102,59	
TOTAL		8.916.487,41	60.000,00	-	8.976.487,41	

RESPONSÁVEIS POR DIÁRIAS DE VIAGEM

ITENS	VALORES - R\$
-------	---------------

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	
(+) DÉBITOS NO EXERCÍCIO	1.442.550,00	
<ul style="list-style-type: none"> • TOTAL DOS RECURSOS ENTREGUES • OUTROS (ESPECIFICAR) 		1.442.550,00
(-) CRÉDITOS NO EXERCÍCIO	1.442.550,00	
<ul style="list-style-type: none"> • PRESTAÇÕES DE CONTAS • OUTROS (ESPECIFICAR) 		1.442.550,00
(=) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	
COMPOSIÇÃO DO SALDO (REF.: BALANCETE DE DEZEMBRO): <ul style="list-style-type: none"> • SALDOS EM ABERTO • INADIMPLÊNCIAS • OUTRAS PENDÊNCIAS (ESPECIFICAR) 		0,00
JUSTIFICATIVAS PARA AS PENDÊNCIAS VERIFICADAS NO SALDO DO BALANCETE DE DEZEMBRO E AS MEDIDAS ADOTADAS PARA REGULARIZAÇÃO:		

RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTO

ITENS	VALORES - R\$	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	
(+) DÉBITOS NO EXERCÍCIO	247.830,00	
TOTAL DOS RECURSOS ENTREGUES		247.830,00
OUTROS (ESPECIFICAR)		
(-) CRÉDITOS NO EXERCÍCIO	247.830,00	
PRESTAÇÕES DE CONTAS		247.830,00
OUTROS (ESPECIFICAR)		
(=) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	
COMPOSIÇÃO DO SALDO (REF.: BALANCETE DE DEZEMBRO):		0,00
SALDOS EM ABERTO		
INADIMPLÊNCIAS		
OUTRAS PENDÊNCIAS (ESPECIFICAR)		
JUSTIFICATIVAS PARA AS PENDÊNCIAS VERIFICADAS NO SALDO DO BALANCETE DE		

DEZEMBRO E AS MEDIDAS ADOTADAS PARA REGULARIZAÇÃO:		
RECURSOS ENTREGUES PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS		
ITENS	VALORES - R\$	
SALDO ANTERIOR	222.200,00	
(+) DÉBITOS NO EXERCÍCIO	278.536,03	
<ul style="list-style-type: none"> TOTAL DOS RECURSOS ENTREGUES OUTROS (ESPECIFICAR) 		500.736,03
(-) CRÉDITOS NO EXERCÍCIO	222.200,00	
<ul style="list-style-type: none"> PRESTAÇÕES DE CONTAS OUTROS (ESPECIFICAR) 		222.200,00
= SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	278.536,03	
COMPOSIÇÃO DO SALDO (REF.: BALANCETE DE DEZEMBRO): <ul style="list-style-type: none"> SALDOS EM ABERTO INADIMPLÊNCIAS OUTRAS PENDÊNCIAS (ESPECIFICAR) 		278.536,03
JUSTIFICATIVAS PARA AS PENDÊNCIAS VERIFICADAS NO SALDO DO BALANCETE DE DEZEMBRO E AS MEDIDAS ADOTADAS PARA REGULARIZAÇÃO: O saldo em aberto em 31/12/07, no valor de R\$278.536,03, refere-se a: <ol style="list-style-type: none"> Segunda e terceira parcela, de R\$31.789,12 e R\$31.787,00 respectivamente, de recursos repassados ao Instituto Ruy Barbosa, conforme cronograma de desembolso - Convênio firmado em 13/11/06, aguardando prestação de contas. Recursos repassados à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP - Convênio 63/2006, no valor de R\$214.959,91, cujas prestações de contas encontram-se em análise. 		

RECURSOS RECEBIDOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS

VIGÊNCIA DO CONVÊNIO	VALOR ORIGINAL + TA		VALOR RECEBIDO ATÉ O EXERCÍCIO	VALOR EXECUTADO ATÉ O EXERCÍCIO	SALDO RESTANTE A RECEBER	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO (1)	REND.APLIC.FINAN-CEIRAS NO EXERCÍCIO (2)	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR
	ÓRGÃO REPASSADOR	CONTRAPARTIDA						
03 anos	4.850.250,00	3.181.284,27	1.930.092,14	290.578,14	6.101.442,13	1.331.113,33	75.521,38	512.200,00
		TOTAIS						

inte, de R\$1.729.085,11 já foram deduzidos os Restos a Pagar não Processados nºs 2007/30 e 2007/31 da Unidade Executora 1020.003, no valor de R\$19.380,00 e R\$

o liquidada no exercício de 2007, o saldo financeiro seria de R\$1.771.120,84.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2008

GERALDO PAULINO DA SILVA – CONTADOR – CRCMG 65.721

ELMO BRAZ SOARES

Demonstrativo de Repasses Financeiros - Banco do Brasil					
Liberação no Exercício de 2007					
Mês	Data	Valor (R\$)	Especificação		
JANEIRO	8/1/07	929.358,90	Auxílio Alimentação/Pessoal -RP 2006		
	22/1/07	1.726.310,66	custeio		
	26/1/07	350.000,00	Custeio - RP 2006		
	31/1/07	5.088.092,22	Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação		
	31/1/07	2.311.907,78			
FEVEREIRO	6/2/07	7.699.090,45	Pessoal		
	9/2/07	1.724.150,66	Custeio		
	28/2/07	5.032.634,86	Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação		
	28/2/07	2.367.365,14			
MARÇO	6/3/07	6.595.500,81	Pessoal		
	9/3/07	402.925,00	Custeio - RP 2006		
	12/3/07	1.723.833,72	Custeio		
	30/3/07	5.302.979,70	Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação		
	30/3/07	2.097.020,30			
ABRIL	4/4/07	7.592.466,32	Pessoal		

		10/4/07		1.723.818,83	Custeio		
		10/4/07		389.093,22	Custeio(10.1 e 10.7)		
		10/4/07		327.010,00		complementação Pessoal	
		27/4/07		4.954.829,50		Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação	
		27/4/07		2.445.170,50			
MAIO		7/5/07		6.925.047,56	Pessoal		
		11/5/07		1.961.948,51	Custeio		
		31/5/07		7.400.000,00		Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação	
JUNHO		5/6/07		6.797.468,48	Pessoal		
		12/6/07		1.689.334,15	custeio		
		29/6/07		2.319.701,81		Pessoal (42.5 e 43.5)	
		29/6/07		5.080.298,19		Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação	
JULHO		5/7/07		6.858.042,67	Pessoal		
		5/7/07		109.000,00	Promoex - custeio		
		11/7/07		1.689.699,44	custeio		
		23/7/07		98.750,00		Promoex - investimento	
		31/7/07		138.250,00		Promoex - investimento	
		31/7/07		5.103.370,19		Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação	
		31/707		2.296.629,81		Pessoal (42.5 e 43.5)	
AGOSTO		6/8/07		6.687.969,65	Pessoal		
		13/8/07		1.689.778,53	custeio		

		30/8/07		7.400.000,00	Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação	
SETEMBRO		5/9/07		6.521.927,57	Pessoal	
		10/9/07		1.689.946,27	custeio	
		28/9/07		7.400.000,00	Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação	
OUTUBRO		4/10/07		6.497.200,63	Pessoal	
		10/10/07		2.902.905,90	Custeio	
		31/10/07		7.400.000,00	Pessoal	
		31/10/07		630.000,00	Resolução Legislativa	
NOVEMBRO		7/11/07		6.369.512,25	Pessoal	
		9/11/07		1.084.550,80	Custeio	
		30/11/07		7.400.000,00	Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação	
DEZEMBRO		6/12/07		7.306.629,92	Pessoal	
		10/12/07		1.782.388,86	Custeio	
		17/12/07		2.061.686,91	Pessoal - 42.5	
		26/12/07		465.830,00	PROMOEX - custeio	
		26/12/07		1.421.202,71	IRRF e FUNFIP	
		28/12/07		4.965.267,65	Pessoal, Auxílios:Creche e Alimentação	
		28/12/07		10.338.320,10		
TOTAL				201.266.217,13		

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA

PROCESSOS AUTUADOS

Os expedientes remetidos ao Tribunal de Contas são autuados e formalizados em processos, que são distribuídos conforme os critérios de publicidade, alternatividade e sorteio, e classificados nos termos do art. 54 do seu Regimento Interno.

Observa-se um crescimento de 66,95% no volume de processos autuados no ano de 2007 em relação a 2006. Contribuíram para esse

crescimento os processos sobre: Agravo com 500%, Assunto Administrativo com 384,66%, Contrato/Convênio/Acordo/Caução e Fiança/Termo de Parceria com 1.700% e Edital de Licitação com 300%.

Tabela 2

Processos Atuados

Tipo de Processo	Atuados 2007	Atuados 2006	Atuados 2005	Δ % AH 07/06	Δ % AH 07/05 (continua)
Agravo	6	1	3	500	100
Auditoria		42	-	(100)	-
Aposentadoria/Apostila/ Pensão/Reforma	14.441	7.668	5.036	88,33	186,76
Assunto Administrativo	2.433	502	459	384,66	430,07
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	7	2	36	250	(80,56)
Balancete Mensal		3	1	(100)	(100)
Balanco Geral do Estado	2	1	1	100	100
Consulta	226	189	288	19,58	(21,53)
Contrato/Convênio/Acor do/Caução e Fiança/Termo de Parceria	18	1	9	1700	100
Denúncia/Representaçã o	257	250	306	2,8	(16,01)
Edital de Licitação	4	1		300	100
Licitação	18	18	56	-	(67,86)
Incidente de uniformização de jurisprudência Processual	1		1	100	-
Inspeção/Auditoria	651	824	578	(21)	12,63
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	1	1	4	-	(75)
Prestação de Contas de Convênio	14	2	7	600	100
Prestação de Contas de	140	129	128	8,53	9,38

Exercício					
Prestação de Contas Municipal	2.153	2.143	2.132	0,47	0,98
Processo Administrativo	943	981	3.197	(3,87)	(70,50)
Recurso Administrativo	19	6	32	216,67	(40,63)
Pedido de Reconsideração	1			100	100
Tipo de Processo	Autuados 2007	Autuados 2006	Autuados 2005	Δ % AH 07/06	Δ % AH 07/05 (conclusão)
Recurso de Reconsideração	133	98	261	35,71	(49,04)
Recurso de Rescisão	3	9	9	(66,67)	(66,67)
Recurso de Revisão	377	111	191	239,64	97,38
Recurso Inominado			1	-	(100)
Restituição de Caução		18	20	(100)	(100)
Tomada de Contas	18	7		157,14	(100)
Tomada de Contas Especial	143	176	138	(18,75)	3,62
Total	22.009	13.183	12.894	66,95	70,69

Fonte: Corregedoria e Secretaria Geral - Coordenadoria de Área de Protocolo.

Tabela 9A

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

Discriminação	Crédito Autorizado (R\$)				
	2007	2006	2005	Δ % AH 07/06	Δ % AH 07/05
Pessoal e Encargos Sociais	234.000.000,00	224.470.000,00	176.102.399,00	4,25	32,88
Outras Despesas Correntes	29.774.834,00	27.361.485,31	26.919.830,00	8,82	10,61
Investimentos	1.611.558,00	1.391.170,69	692.820,00	15,84	132,61

Total	265.386.392,00	253.222.656,00	203.715.049,00	4,8	30,27

Fonte: Comissão de Planejamento e Orçamento do Tribunal de Contas.

Tabela 9B

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

Discriminação	Despesa Realizada (R\$)				
	2007	2006	2005	Δ % AH 07/06	Δ % AH 07/05
Pessoal e Encargos Sociais	232.014.055,72	224.302.174,33	176.047.239,14	3,44	31,79
Outras Despesas Correntes	26.860.726,21	24.498.013,04	25.620.083,99	9,64	4,84
Investimentos	619.723,11	704.085,89	609.902,62	(11,98)	1,61
Total	259.494.505,04	249.504.273,26	202.277.225,75	4,00	28,29

Fonte: Comissão de Planejamento e Orçamento do Tribunal de Contas.

ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/4/2008

Presidência do Deputado Délio Malheiros

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Arlen Santiago - Entrega de placa - Palavras do Sr. Wilton Ribeiro de Sales - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Arlen Santiago - Délio Malheiros - Fábio Avelar - Gilberto Abramo - Rêmoló Aloise.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Délio Malheiros) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Wilton Ribeiro de Sales, Presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais - Acemg -; Deputado Federal Carlos Willian; Deputado Federal Mário Heringer; Márcio Corrêa Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Valney José de Almeida, Vice-Presidente da Acemg; e Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Santos Moreira e Márcio Barroso Domingues, ex-Secretários de Estado de Segurança Pública.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais - Acemg - pelos 40 anos de sua fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral da Acemg, sob a regência do Maestro Luiz Flávio dos Santos.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Arlen Santiago

Sr. Presidente, Deputado Délio Malheiros, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Ilmo. Sr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social, representando aqui o nosso estimado Governador do Estado de Minas Gerais Aécio Neves; caro amigo Wilton Ribeiro de Sales, Presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais - Acemg -; Deputados Federais Carlos Willian e Mário Heringer; Sr. Márcio Corrêa Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística, que vem de Cuiabá para abrilhantar esta solenidade; Delegado Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; caro amigo Valney José de Almeida, Vice-Presidente da Acemg; caros amigos Santos Moreira, ex-Secretário de Segurança Pública, que deixou muita saudade neste Estado na época do seu trabalho, e Márcio Domingues, ex-Secretário de Segurança Pública, que também realizou um trabalho esplêndido; nosso irmão Cel. Valdeir José de Almeida, presente neste ato, representando a União dos Militares; caros amigos Peritos Criminais de Minas Gerais, gostaria de cumprimentá-los na pessoa dos Srs. Roberto Simão, ex-Presidente por três mandatos, Ricardo Brant, Nezio do Amaral, e a turma do Norte de Minas, como os Srs. Colares, Eder Mascarenhas, Manoel Odinei e Georgino; senhoras e senhores; houve tempo em que os acusadores usavam um método que consideravam infalível para saber se alguém era ou não culpado do crime a ele imputado. Amarravam o acusado pelas mãos e pés e o atiravam no rio. Se saísse vivo das águas, teria provado sua inocência e estaria livre; caso contrário, a acusação estava provada. Eram os tempos da Justiça própria, em que não existia a figura do Estado e cada um fazia o direito à sua maneira.

Para se proteger de si mesmo, o homem criou o Estado. Posteriormente, para se defender do Estado, dividiu-o em poderes, cada qual com sua função e sua importância. A cada criação, o homem reforça o seu desejo de viver numa sociedade justa e igualitária, em que cada cidadão possa agir de acordo com a sua consciência, sabendo que, para protegê-lo, existirá a lei - limite para a ação de todos, inclusive a do Estado.

É aí, senhores, que entra o trabalho da perícia criminal. Ela não é um instrumento do Estado para provar a culpa do cidadão, mas sim uma arma do cidadão contra o Estado acusador, impedindo que se jogue alguém ao rio de mãos atadas, para que de lá saia vivo, caso seja inocente.

O perito criminal não trabalha para provar a culpa de alguém. O seu trabalho é baseado na busca da verdade real, não aquela de cada um, do cidadão ou do Estado acusador. O perito não aponta culpados, indica a verdade.

Ao apontar a verdade, ele iguala os homens e faz todos iguais perante a lei. Ele faz a justiça e impede a injustiça.

Hoje, ao recebermos vocês aqui, nesta Casa que cria leis e que representa o povo no Estado, prestamos-lhes uma homenagem não no sentido festivo que possa ter a palavra, mas sim cumprindo o dever de homenagear quem faz de sua vida profissional uma constante e obstinada busca pela verdade e pela justiça. Esses 40 anos da Associação de Criminalística de Minas Gerais devem ser reverenciados por todos, pois a amplitude da visão e a ação que não se restringe ao corporativismo fazem da Associação uma entidade de interesse de toda a sociedade, principalmente de todos os que já foram por vocês beneficiados.

"Dê-me o fato que lhe darei o direito" é uma velha expressão jurídica, que encontra, na perícia criminal, uma coluna de sustentação. Mais do que qualquer prova, a perícia devolve ao julgador a verdade real dos fatos, assegurando as condições necessárias para um julgamento isento. Por tudo que representa para a sociedade, e por ser uma defensora da justiça e da igualdade entre os homens, abraçamos as causas da Associação de Criminalística, como a busca da existência de uma polícia científica, a realização de provas por técnicos capazes e melhores condições materiais de trabalho e salários.

Sendo assim apresentamos nesta Casa uma proposta de emenda à Constituição que acrescenta parágrafo ao art. 133 e suprime inciso do art. 139, dotando a Polícia Técnico-Científica de Minas Gerais de autonomia administrativa, técnica e financeira, subordinando-a diretamente ao Secretário de Defesa Social e assegurando-lhe a exclusividade das perícias no âmbito do Estado, realizadas por Perito Criminal ou Médico-Legista. A modificação constitucional que propomos assegura que o cargo de Chefe da Polícia Técnico-Científica será atribuição exclusiva de um Perito Oficial, de preferência em final de carreira, escolhido pelo Governador do Estado. Em reconhecimento ao trabalho dos Peritos, a proposta de emenda à Constituição estabelece ainda regime especial de aposentadoria para os ocupantes dos cargos de provimento efetivo da estrutura da Polícia Técnico-Científica e o reconhecimento da atividade como de risco. Asseguramos ao Perito Criminal o direito à aposentadoria voluntária aos 30 anos de serviço, independentemente da idade, desde que tenha desempenhado a função efetivamente durante 20 anos.

Enquanto nossa proposta de emenda à Constituição tramita nesta Casa, solicitamos, por meio de ofício, ao Secretário de Defesa Social, Sr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, que tem realizado um trabalho de estratégia e inteligência para melhorar, cada dia mais, um dos maiores problemas da nossa população, que é a questão da falta de segurança, que o cargo de Superintendente da Polícia Técnico-Científica seja atribuído exclusivamente a profissional do quadro dos Peritos Criminais ou dos Médicos-Legistas do Estado.

Temos a certeza de que os novos tempos em Minas Gerais hão de chegar para os Peritos Criminais, recompensando a luta de todos os que, ao longo destes 40 anos, engrandeceram a Associação de Criminalística de Minas Gerais, modelo de representação profissional.

Ser parceiro da Associação em sua luta é ser parceiro da justiça! Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Délio Malheiros, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Wilton Ribeiro de Sales de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Há 40 anos, a Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais - Acemg -, compreendendo as atividades de criminalística e medicina legal, vem cumprindo com critério, imparcialidade, competência e responsabilidade a nobre missão de realizar a perícia oficial no Estado, para auxiliar a Justiça na apuração das infrações e no julgamento dos processos judiciais. A homenagem da Assembléia Legislativa à Acemg pelo empenho e

dedicação com que tem contribuído para o domínio das investigações criminais".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Arlen Santiago a me acompanhar na entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Wilton Ribeiro de Sales

Boa-noite, senhoras e senhores. Exmo. Sr. Deputado Délio Malheiros, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Secretário de Estado de Defesa Social Maurício de Oliveira Campos Júnior, representando o Governador Aécio da Cunha Neves; Exmos. Deputados Federais Carlos Willian e Mário Heringer, Exmo. Sr. Presidente da Associação Brasileira de Criminalística, Dr. Márcio Godoy, Exmo. Sr. Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Marco Antônio Monteiro, Sr. Vice-Presidente e irmão Walney, Exmo. Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a essa homenagem; amigos peritos criminais; senhoras e senhores; inicialmente gostaria de expressar ao ilustre Deputado Arlen Santiago a gratidão e a satisfação da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais, ao comemorarmos os 40 anos de nossa fundação, as nossas lutas e conquistas para o povo mineiro.

Queremos agradecer também ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dr. Alberto Pinto Coelho - não sei se os senhores sabem que ele já fez parte dos quadros de Peritos Criminais -, e aos demais parlamentares pela aquiescência à proposta de realização desta cerimônia.

Comemoramos nosso 40º aniversário aqui, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, é corolário das conquistas que obtivemos em anos de lutas em prol da classe de Peritos Criminais de Minas Gerais. Nossa associação é relativamente jovem, mas o próprio desempenho das nossas atividades profissionais como Peritos Criminais nos amadurecem e nos fortalecem para a busca de melhor atendermos à sofrida e sedenta de justiça população mineira. A Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais completa os seus 40 anos de muita luta em defesa dos interesses dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais. Foram incontáveis os momentos de luta, tendo sempre como meta os interesses de seus associados, visando proporcionar-lhes melhores condições de trabalho e reconhecimento.

Cumpro, na oportunidade, lembrar aos colegas aqui presentes alguns momentos em que a Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais pôde contribuir de maneira eficaz para a melhoria das condições de trabalho. Conquistas como a exigência de nível superior para o ingresso na carreira foram de fundamental importância para a valorização do perito criminal no Estado. A inclusão do adicional de risco de contágio no vencimento de todos os peritos criminais foi outra grande conquista de nossa classe, momento em que lembramos que essa vantagem era dada anteriormente apenas a alguns profissionais. Outras conquistas como algumas melhorias salariais também tiveram a participação ativa e decisiva da Associação de Criminalística.

São 40 anos de luta, amadurecimento e realizações. Tivemos também momentos de tristezas e pesares, quando por vezes fomos incompreendidos por alguns e, mais ainda, com perdas inevitáveis de alguns de nossos queridos associados. Perdas essas causadas, inclusive, por acidentes no desempenho de nossas funções. A perícia criminal é de fundamental importância na solução dos processos judiciais. A ausência da prova pericial tem sido causa não incomum de anulação de processos judiciais, e alguns criminosos têm tido condenações bem aquém das merecidas, às vezes, por falta de provas técnicas de agravantes na execução de seus delitos.

Mesmo que alguns tentem menosprezar a importância do laudo pericial, a verdade é que, no momento em que os inquéritos policiais o ignoram e chegam à Justiça, os Juizes de Direito acabam por requisitá-lo. A perícia criminal é sinônimo de especialização. Ser perito criminal não significa possuir amplo e irrestrito conhecimento de todas as áreas do saber humano, mas implica, sim, ser profissional capaz de se especializar, de pesquisar e de reconhecer seus limites e competências. Hoje cabe ao perito criminal, em Minas Gerais, executar todo o trabalho que lhe é pertinente, fazendo desde a análise e a coleta de evidências nos locais de crime e os exames decorrentes dessa análise até a digitação e a impressão de seus laudos. A crescente complexidade dessas análises e o tempo despendido com pesquisas, em decorrência do grau técnico cada vez mais elevado que apresentam os autores de delitos, fazem do perito criminal um profissional dependente cada vez mais de investimentos em cursos, especializações e equipamentos. Perícia criminal não existe sem investimento humano e sem tecnologia, cabendo à Associação de Criminalística de Minas Gerais, como órgão representativo da classe, lutar para que a sociedade tenha sempre à sua disposição um profissional preparado e competente.

Reconhecendo os esforços da atual administração da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e os princípios de moralidade, ética e excelência profissional preconizados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, estamos certos de que melhores dias virão. Melhores dias em que melhor poderemos atender os anseios de nossa sociedade. É pela confiança que depositamos em nosso Governador, que sabemos não medir esforços para amparar a população mineira, que temos apresentado aos seus assessores, aos Secretários de Estado as dificuldades e necessidades que a classe dos peritos criminais tem encontrado para melhor servir.

Ao perito criminal compete comprovar a ocorrência de um crime determinando de que forma teria ocorrido, apontando a autoria do delito, orientando as investigações e, o mais importante, permitindo que, de fato, a Justiça atue em sua plenitude. Para tal, cada vez mais nos vemos compelidos, assim como em vários Estados da Federação, a reivindicar condições para que o perito criminal possa, de maneira cada vez mais independente, realizar seus trabalhos.

Em 18 Estados da Federação, a perícia oficial é hoje órgão autônomo, vinculado ao sistema de segurança pública ou de defesa social.

Eis a nossa luta. Luta por melhor atender a sociedade. Luta por criar uma Polícia Técnico-Científica autônoma e integrada com os demais órgãos de segurança pública. Luta por um órgão operacional autônomo, subordinado diretamente à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. Luta por um órgão capaz de gerir seu orçamento. Luta por um órgão que trabalhe de maneira autônoma, mas totalmente integrado ao sistema de defesa social. Para tal contamos com o apoio das autoridades aqui presentes, para viabilizar o pleito de nossa classe. Certos de que tal iniciativa muito tem a contribuir para criar melhores condições de trabalho e atuação do perito criminal, contamos com o apoio de toda a sociedade.

Não vou deixar que a ansiedade e o contentamento de aqui estar tomem o meu senso da conveniência, levando-me a estender este discurso. Findo aqui minhas palavras, agradecendo a presença de todos, em particular a dos ex-Presidentes e membros das diretorias da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais que me antecederam e das autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário que aqui vieram comemorar este dia tão especial para a Acemg e o perito criminal. Obrigado a todos.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral Villa Lobos, que, sob a regência do Maestro Luiz Flávio dos Santos, executará as músicas "Verano Porteño", de Astor Piazzolla; "Agnus Dei", de Paul Smith, com arranjo de Luiz Flávio dos Santos, e "The Phantom of the Opera", de Lloyd Webber.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social, representando o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves; Wilton Ribeiro de Sales, Presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais - Acemg -; Mário Heringer, Deputado Federal; Márcio Corrêa Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Valney José de Almeida, Vice-Presidente da Acemg; Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta reunião; Santos Moreira, ex-Secretário de Segurança Pública; perita criminal Ivana Mesquita, minha colega e amiga, aqui representando os profissionais; Márcio Domingues, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, os 40 anos de existência da Associação de Criminalística de Minas Gerais, justamente comemorados com esta homenagem, representam o reconhecimento ao importante trabalho desempenhado por nossos peritos criminais.

A atuação desses profissionais, servidores públicos concursados, cujos interesses a Associação tem galhardamente defendido, numa luta que merece o apoio de toda a sociedade, é de importância fundamental por seu caráter tecnológico e científico no combate à criminalidade.

Desempenhando sua função no contexto da segurança pública e da Justiça, o perito tem sua atividade cada vez mais reconhecida e prestigiada por amplos setores da sociedade civil, como a OAB, as ONGs ligadas aos direitos humanos, a magistratura e o Ministério Público, entidades e instituições amplamente favoráveis à sua busca de autonomia.

É também interesse dos parlamentares, como representantes da vontade popular, o fortalecimento dos institutos médico-legais e de criminalística, assegurando sua excelência técnica e sua articulação com as universidades, tendo em vista a permanente absorção de tecnologias.

Reconhecemos, portanto, o fato de ser essencial na apuração das infrações penais a prova pericial, proporcionada por profissionais responsáveis, imparciais, éticos, dotados de um raciocínio apurado, capazes de interligar fatos e motivos e, sobretudo, detentores de uma ampla gama de conhecimentos.

Aqui, abro um parêntese para lembrar que todo o País está hoje com os olhos voltados para a solução daquele bárbaro crime cometido em São Paulo, contra uma indefesa criança de apenas 5 anos. É nesta hora que a sociedade percebe a importância do perito criminal. A prova técnica, nesse caso, pode impedir a Justiça de condenar um inocente ou não condenar o culpado. Toda a sociedade percebe, neste momento, a importância do trabalho profissional nesse caso e em tantos outros neste país; percebe a importância do perito, que levará a prova técnica ao Juiz, que, por sua vez, dará o veredicto.

As provas técnicas e a análise pericial são indispensáveis nos processos criminais, constituindo, pois, um importante auxílio à Justiça e suporte imprescindível, como peça de instrução, para decisões mais justas, uma vez que respaldadas pela veracidade dos fatos revelados pela comprovação dos vestígios.

Ressaltando a participação medular no combate à criminalidade de nossos 540 peritos criminais estaduais, festejamos, na pessoa íntegra do Presidente de sua organização, Dr. Wilton Ribeiro de Sales, estas quatro décadas de notável desempenho. Temos certeza de que os próximos aniversários da Associação de Criminalística de Minas Gerais registrarão novas e necessárias conquistas, que permitirão que essa nobre atividade seja exercida num contexto de respeito, autonomia e responsabilidade. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 15, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição de 15/4/2008.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/4/2008

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Délio Malheiros e Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Paulo Cesar, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (2), em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater o aumento do consumo e do tráfico de drogas na Região Metropolitana, especialmente nos Municípios de Vespasiano e Ribeirão das Neves, e em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos jornalistas Pedro Ferreira e Thiago Herdy pela matéria "Dívida de drogas paga com vidas", do dia 3/4; e solicita, ainda, que seja dada ciência desse requerimento ao Sr. Álvaro Teixeira da Costa, Diretor-Superintendente do jornal "Estado de Minas"; e Délio Malheiros, em que solicita seja formulado apelo ao Sr. Maurício Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social, com vistas a que seja designado novo delegado para a Comarca de Itamarandiba. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Leonardo Moreira - Délio Malheiros.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/4/2008

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sebastião Costa e Ademir Lucas, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.197 e 2.199/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 2.191, 2.203 e 2.208/2008 (Deputado Sebastião Costa); 2.195, 2.207 e 2.210/2008 (Deputado Delvito Alves); 2.192, 2.193, 2.196 e 2.202/2008

(Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.194, 2.200, 2.206 e 2.209/2008 (Deputado Hely Tarquínio); 2.198 e 2.204/2008 (Deputado Sargento Rodrigues); 2.205 e 2.211/2008 (Deputado Neider Moreira); 1.628 e 1.927/2007 (Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 1.898/2007 (Deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição), 1.981 e 2.180/2008 (Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Resolução nº 2.207/2008 e dos Projetos de Lei nºs 1.010 e 1.426/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); e dos Projetos de Lei nºs 1.720/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Neider Moreira); 1.956/2007 e 2.141/2008, ambos com as Emendas nº 1 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 1.959/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo); e 2.165/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). O Projeto de Resolução nº 2.211/2008 é retirado da pauta por não cumprir pressupostos regimentais. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.628 e 1.927/2007 deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Gilberto Abramo. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.898/2007 e 1.981/2008 deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Hely Tarquínio e Sebastião Costa. O Projeto de Lei nº 1.718/2007 é retirado da pauta em atenção a requerimento do Deputado Sebastião Costa, aprovado pela Comissão. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.968/2007 deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Delvito Alves. Os Projetos de Lei nºs 2.158 e 2.179/2008 são retirados da pauta em atenção a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei nº 2.163/2008 (relator: Deputado Delvito Alves) é convertido em diligência ao DER-MG, e o Projeto de Lei nº 2.174/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição), à Secretaria de Planejamento e Gestão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.705/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.166 e 2.233/2008 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.167 e 2.186/2008 (relator: Deputado Neider Moreira); 2.171 e 2.189/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 2.183 e 2.190/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.188/2008 (relator: Deputado Delvito Alves). A seguir, o Presidente lê requerimento do Deputado Weliton Prado em que solicita seja o Projeto de Lei nº 2.180/2008 convertido em diligência. Submetido a votação, é rejeitado o requerimento. Com a palavra, o Deputado Sebastião Costa, relator do Projeto de Lei nº 2.180/2008 emite parecer pelo qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade do Projeto de Lei nº 1.067/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos solicitando sejam baixados em diligência o Projeto de Lei nº 2.169/2008 ao autor e os Projetos de Lei nºs 2.168 e 2.172/2008 ao DER-MG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves - Sebastião Costa - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/4/2008

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.118/2008 (relator: Deputado Inácio Franco), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.144/2008. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita a realização de audiência pública para discutir o impacto ambiental das ações dos governos estadual e federal na região de Confins, que incluem a construção da Linha Verde, do Anel Viário Norte e do Centro Administrativo do Estado e a transferência de vôos. O Presidente faz a leitura de requerimento de sua autoria, em que solicita a realização de audiência pública para discutir o Projeto Jaíba do ponto de vista de sua gestão ambiental, relacionada aos projetos e programas desenvolvidos pela Ruralminas e pela Codevasf na área de influência do perímetro irrigado, e informa que ele será apreciado oportunamente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 14/4/2008, segunda-feira, às 15 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Governador Valadares, com a finalidade de discutir, em audiência pública, as condições de funcionamento do aterro sanitário municipal e os problemas ambientais do Leste de Minas, além de conhecer a atuação da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dessa região; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2008.

Almir Paraca, Presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/4/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça (12/4/2008). O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.154/2008, em turno único (relator: Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.154/2008 (relator: Deputado Délio Malheiros), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.145, 2.147, 2.148, 2.149 e 2.156/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 379 e 1.672/2007 e 1.986 e 2.036/2008. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Durval Ângelo e João Leite em que solicitam seja realizada reunião conjunta da Comissão com a de Direitos Humanos, para se debaterem, em audiência pública, os convênios celebrados entre as Prefeituras Municipais e as Polícias Civil e Militar do Estado, que envolvem tanto a cessação de pessoal quanto a manutenção de edificações, equipamentos e veículos para a prestação de serviços de segurança pública; Deiró Marra em que solicita visita conjunta da Comissão com a de Direitos Humanos à cadeia pública de Patrocínio, tendo em vista as condições precárias em que esta se encontra, a situação de superlotação e as tentativas de fugas ocorridas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2008.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, apresentadas pela Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais- TFAMG- e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER - MG a doar ao Estado o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Ouro

Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que descreve ao Município de Passa Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007, que estabelece normas para a adoção de material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Pró - Confins- e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica-, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 16/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.489/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.782/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.800/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.137/2008, do Deputado Eros Biondini.

Requerimento nº 2.184/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 16/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 16/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.180/2008, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 16/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 716/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 492/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.386/2007, do Deputado Fahim Sawan; 1.747/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.978/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 16/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 16/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.111/2008, da Deputada Cecília Ferramenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.155/2008, do Deputado Ademir Lucas; 2.164/2008 e 2.166/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.179/2008, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; 2.186/2008, do Deputado Vanderlei Miranda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h30min DO DIA 16/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 578/2007, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 999/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.754/2007, da Deputada Rosângela Reis; 2.009/2008, do Deputado Hely Tarquínio; 2.056/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.066/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.067/2008, do Deputado Padre João; 2.099/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.105/2008, do Deputado Carlin Moura; e 2.108/2008, do Deputado Paulo Guedes.

Requerimentos nºs 2.104, 2.111, 2.112/2008, da Comissão de Participação Popular; 2.132 e 2.165/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.169/2008, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 2.185/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 16/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.170/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.187/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 16/4/2008, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado, em dias de jogos; 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso da pessoa portadora de deficiência física ou visual ou com mobilidade reduzida a espaço público no Estado; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem; 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde - Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascentes de Água no Estado de Minas Gerais; 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto; 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Pró-Confinis - e dá outras providências; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003; 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica; 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica; 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007; 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de

Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado o imóvel que especifica; 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica; 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências; e 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de abril de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/4/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, e do Projeto de Lei nº 1.949/2007, da Deputada Ana Maria Resende, de se votar, em turno único, o Requerimento nº 2.146/2008, da Comissão de Direitos Humanos, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para reunião com convidados, a ser realizada em 16/4/2008, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e dar encaminhamentos aos desafios e possibilidades da educação na reforma agrária, em razão dos 10 anos de execução do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera -, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2008.

Deiró Marra, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 9/4/2008

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, TV Assembléia, meus amigos e amigas. Ocupo esta tribuna para manifestar-me a respeito do episódio ocorrido em meu gabinete na manhã de hoje. Diariamente, e reiteradamente, há mais de nove anos, quando tenho o prazer de aqui estar, costumo chegar a esta Casa por volta das 7 horas. Hoje, ao chegar, fui informado pelos seguranças da garagem de que agentes da Polícia Federal se encontravam na porta do meu gabinete, sob a coordenação do Dr. Américo, Delegado Federal. Imediatamente, dirigi-me ao gabinete e me apresentei às autoridades policiais, abrindo as portas para que, segundo constava no auto de busca e apreensão, os agentes procedessem à busca de documentos.

Confesso-lhes que naquele momento senti-me fortemente abatido, mas, dentro do meu compromisso de vida parlamentar por tantos anos nesta Assembléia, não criei nenhum obstáculo a nenhuma investigação que levasse a efeito as diligências determinadas por autoridade policial. Fiz questão de recepcionar os agentes policiais às 7h30min. Não poderia ser de outra forma, embora fosse meu gabinete privativo, asilo da nossa atividade. Mas entendi, olhando no retrovisor da minha história, do meu passado e de minha família, que estava franqueada a investigação de busca e apreensão.

Após essa iniciativa minha, o ilustre Dr. Américo, ao me cumprimentar, destacou que foi um gesto de grandeza deste parlamentar abrir o seu gabinete e que não havia absolutamente nada que estivesse envolvendo a figura do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Fiz muita questão de procurar saber e fui informado de que se tratava de um assessor parlamentar de nome Jacó Soares.

A partir daí, colaborei, e muito, com todo o processo investigatório, desde o primeiro momento até o fim, dando toda orientação e informação à polícia para que fosse efetivada, se algo fosse constatado, a busca inserida no mandado de busca e apreensão. Permaneci no meu gabinete com os agentes policiais, cujo tratamento foi respeitoso, cordial e solícito. E durante duas horas e meia, enquanto eu ajudava prestando todas as informações e esclarecimentos, foram apreendidas tão-somente duas agendas telefônicas do assessor parlamentar.

Tenho a obrigação - e o faço também por respeito - de comunicar a todos os parlamentares, pela solidariedade que recebi desde a primeira hora da manhã de hoje em decorrência desses fatos, que eles não se direcionaram à pessoa do Deputado, mas, sim, ao agente parlamentar. Qualquer dos caríssimos Deputados poderia ser o alvo dessa investigação de que foi o meu gabinete em função de uma operação da Polícia Federal, desencadeada em Brasília para apuração de fatos, em que consta o nome de assessor do meu gabinete.

Destaco e agradeço a todos a solidariedade já recebida e que tem sido reiterada constantemente pelos meus colegas e pelos nossos Prefeitos. Entendi, caríssimos colegas, que naquele momento não deveria curvar-me para debater; pelo contrário, como advogado e como parlamentar, fizemos todo o possível para que a investigação transcorresse de forma calma e serena. Ao encerrar, o próprio Delegado Federal fez questão de me agradecer e de destacar a minha grandeza ao abrir as portas do gabinete, lembrando que foram vistoriados e verificados tão-somente os

documentos que se encontravam na mesa desse meu assessor; nada mais se solicitou ou se indagou a respeito de documentos que estavam na mesa de qualquer outro assessor, para apurar qualquer questão relativa aos fatos.

Assim, nem nada se relaciona com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nem a própria instituição está em xeque ou sendo averiguada, mas tão-somente o meu assessor, que hoje foi submetido a essa determinação judicial, que fez recair sobre meu gabinete essa busca e apreensão. Sinto-me na obrigação de fazer esse esclarecimento a todos porque nós, parlamentares, que temos tantos assessores, poderíamos ser alvo desse tipo de procedimento, o que espero não venha a ocorrer. Mas tenho absoluta certeza de que não poderia ser conduzida de outra maneira essa operação, de que fiz absoluta questão de participar e acompanhar, colaborando com a própria Polícia Federal.

Com prazer, concedo aparte ao Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Neste momento, meu querido amigo Deputado Dalmo Ribeiro, quero solidarizar-me com V. Exa. e cumprimentá-lo pelo seu comportamento, que todos conhecem, de lisura e educação, como se vê na maneira com que V. Exa. recebeu esse equivocado mandado de busca e apreensão de documentos. Esse fato desagradável deve-se às circunstâncias e à coincidência de uso de espaço também por seu assessor, que é alvo de investigação, e a quem, ainda, tenho certeza, V. Exa. considera como sempre considerou. Mas, na presunção de que ele tenha algum envolvimento, a Polícia federal invade o seu gabinete, apesar de ter solicitado.

Acho que isso tinha de acontecer de uma maneira, em primeiro lugar, formal, porque se trata aqui do Poder Legislativo. Ali é sua casa, não é seu asilo, porque V. Exa. está trabalhando ainda pelo Poder Legislativo e representa, com muita dignidade, sua Ouro Fino, sua região Sul mineira, e tem feito muito por Minas Gerais, juntamente com todos os que aqui nos encontramos. Até certo ponto - é questão de opinião -, quero apoiar-me na minha idéia de que invadiram seu domicílio na Assembléia Legislativa sem antes comunicar-lhe. Ainda que houvesse algum envolvimento do assessor, essa busca e apreensão é muito pesada quando se trata de um agente público, de um parlamentar. Isso tem sinal de ditadura. Precisamos reagir contra essa atitude, levando também ao conhecimento do Poder Legislativo o expediente vertical que usaram esta manhã neste Poder Legislativo. Quero solidarizar-me com V. Exa. porque conheço a sua história. Sou seu companheiro desde o dia em que chegou aqui. Todas as suas ações e atitudes, além de respaldadas pela ética e pela educação, sempre foram construtivas. Agora, na presunção de que um assessor esteja envolvido numa denúncia, numa investigação que, segundo fiquei sabendo, já tem mais tempo... E houve tempo também para avisar V. Exa. e não colocá-lo como presumível réu, presumível denunciado. De qualquer maneira, houve uma atitude exagerada de quem foi encarregado de fazer essa busca e apreensão. Queremos aqui repudiar esse ato, num primeiro momento. Num segundo momento, queremos prestar-lhe solidariedade e dizer-lhe que isso é uma coincidência e todos corremos o risco de acontecer conosco porque, quando nos transformamos em homem público, nossa vida fica presumidamente no ideário do povo, hoje tão fadado a atirar pedras em qualquer parlamentar, em qualquer agente público. E sua atitude sempre foi a de buscar transformar a sociedade, construir uma sociedade mais organizada, exatamente fazendo com que a Constituição coincida, na prática, com as atitudes de parlamentar e de cidadão. Precisamos sobretudo humanizar mais as nossas atitudes na hora de tomar posições. Seria o caso de essa busca e apreensão ser mais humana, não agredir, não apunhalar repentinamente um parlamentar, quem quer que seja desta Casa, ainda que esteja presumidamente envolvido em alguma fraude ou procedimento negativo.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado a V. Exa.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaria de dizer que a sua história fala da sua honestidade, da sua competência e do seu entendimento, sobretudo jurídico, que muito tem contribuído na Comissão de Justiça, durante toda a sua trajetória nesta Casa, trazendo luz para nós, como pessoa do ramo jurídico, esclarecendo uma série de dificuldades, sendo mediador entre este Parlamento e o governo, entre o Poder Judiciário e o governo, entre o Ministério Público, a Defensoria Pública. V. Exa. é um exemplo para todos nós.

Portanto, quero aqui dar o testemunho do seu exemplo e dizer-lhe que esse episódio é equivocado, passageiro, e que o povo, tomando conhecimento, tenho certeza, estará do seu lado, como esta Casa e todos nós, parlamentares. Quero traduzir mais uma vez a minha admiração e o meu aplauso e estar solidário com V. Exa. em todos os momentos nesta Casa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Deputado Hely Tarquínio, muito obrigado pela solidariedade. Com muito prazer, concedo aparte ao ilustre Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, como Secretário-Geral do PSDB em Minas Gerais, quero falar aqui em nome do partido e manifestar a nossa admiração e solidariedade. É importante que a imprensa tenha responsabilidade de deixar muito claro que o episódio ocorrido hoje não tem absolutamente nada a ver com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Além disso, não arranha nenhum ápice, nenhuma agulha, a grande biografia do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que trabalha com ética e seriedade, que é respeitado e admirado na Assembléia Legislativa. Foi um fato isolado de um dos seus funcionários que agiu por conta própria; aliás, não há como impedir que alguém faça isso. Por coincidência, ele trabalhava também no gabinete de V. Exa. Todavia, agia por conta própria e está sendo investigado por seus próprios atos, que em nada se misturam com a ação política ou pessoal do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Quero aqui dizer para toda Minas Gerais que o Deputado Dalmo Ribeiro não está sendo investigado, processado nem teve o seu gabinete invadido pela Polícia Federal. Pelo contrário, foi uma ação da Polícia Federal, que estava atrás de um cidadão que agia por conta própria, aliás utilizando o gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Gostaria de parabenizar a segurança da Assembléia Legislativa pela maneira como agiu. A Polícia Federal, ao entrar... Não foi permitida a sua entrada. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva foi convidado a colaborar com a Polícia Federal. Aliás, colaborou e ajudou nas investigações, pois é um homem ético e sério.

Sr. Presidente e ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em nome do PSDB de Minas Gerais, quero manifestar - aliás, não digo solidariedade - a nossa total admiração e dizer, mais uma vez, que não se trata de ação alguma da polícia contra o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O PSDB o admira e o tem com muito orgulho entre os seus quadros. Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. Concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Sargento Rodrigues, a quem agradeço, mais uma vez, a solidariedade e a presença em nosso gabinete.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero cumprimentá-lo e dizer que tudo foi dito pelo ilustre Deputado Lafayette de Andrada. Portanto, temos muito pouco a acrescentar. Chegamos juntos a esta Casa e efetivamente tomamos posse no dia 1º/2/99. Já estamos convivendo com V. Exa. há aproximadamente 10 anos nesta Casa. Temos aqui a tranqüilidade de falar da lisura, da ética, do comportamento sério, comprometido e, acima de tudo, propositivo nas suas ações como parlamentar. Qualquer um que passa por uma situação como essa sabe que, muitas vezes, há pessoas que ficam até evitando-a, pensando que o companheiro está com lepra. Não é nada disso. Estive no gabinete de V. Exa. quando tomei conhecimento do fato. Como Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, dirigi-me ao seu gabinete para hipotecar apoio e solidariedade e saber o que estava acontecendo de fato. Acompanhamos a ação da Polícia Federal, focada exatamente da forma que V. Exa. descreveu ali, com mandado de busca e apreensão. De pronto e imediato, como pessoa de bem e honrada que é, V. Exa. abriu as portas do seu gabinete. V. Exa. realmente não tinha nada a se preocupar com aquela diligência no seu gabinete, desencadeada pela Polícia Federal, que foi prontamente atendida. Portanto, quero expressar o respeito e o apreço que sentimos por V. Exa. Certamente uma pessoa comprometida, séria e honrada como V. Exa. não agiria de forma diferente. V. Exa. está de parabéns pelo equilíbrio, pela sensatez e, acima de tudo, pela transparência como conduziu aquele momento em que a Polícia Federal chegou ao seu

gabinete. Portanto, mantemos o respeito e a admiração por V. Exa. Tenha na nossa pessoa a solidariedade como Deputado, como homem e, certamente, como mais um que deseja contribuir com a sociedade mineira. Aliás, recentemente, a PEC apresentada por V. Exa. dirimiu o conflito de transição de Prefeitos, de um para o outro, a fim de evitar uma série de transtornos. V. Exa., como Deputado, teve a preocupação de apresentar à sociedade algo positivo, algo que realmente contribua para a democracia, especialmente no Estado de Minas Gerais. Portanto, parabéns a V. Exa. pela transparência e serenidade com que conduziu essa situação. Tenha da nossa parte o nosso respeito e a nossa admiração.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Ouço, com muito prazer, o Deputado Carlos Mosconi, nosso companheiro do Sul de Minas.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Quero manifestar a minha solidariedade ao meu amigo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, conterrâneo do Sul de Minas. Gostaria de cumprimentá-lo pela maneira serena, altiva e tranqüila com que enfrentou essa situação. Como todos sabemos, V. Exa. não tem nada a ver com isso. Trata-se de problema de um funcionário seu. A polícia chegou para entrar no seu gabinete, e V. Exa. a recebeu com altivez, serenidade e tranqüilidade, abrindo o seu gabinete e colocando-o à disposição da polícia de forma tranqüila. Quero cumprimentá-lo pelo seu ato, que mostra muito bem a transparência e caráter de V. Exa. Conheço-o muito bem, pois trabalhamos politicamente na mesma região. V. Exa. é de Ouro Fino, cidade do Sul de Minas que todos prezamos, e faz um trabalho notável em toda essa região. Com a sua disposição e dedicação, V. Exa. tem hoje o seu trabalho reconhecido em toda a nossa região e em todo o Estado. Tem também a admiração e o respeito desta Casa pela maneira com que age na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Portanto, quero também, meu caro Deputado Dalmo, cumprimentar a diretoria desta Casa, que agiu com absoluta serenidade, abrindo com tranqüilidade as portas da Assembléia para qualquer investigação, uma vez que esta Casa, assim como V. Exa., não deve nada. Quero manifestar aqui, meu caro Deputado Dalmo Ribeiro, a minha admiração, o meu respeito e a certeza que temos em relação à atitude transparente de V. Exa. A lisura com que age aqui dignifica o seu trabalho e esta Casa. Um abraço e muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado a V. Exa. Ouço com muita alegria o Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro, também gostaria não de prestar a nossa solidariedade, mas de estar ao lado de V. Exa. cumprimentando-o pelo seu procedimento, que não poderia ser diferente, pela sua postura e conduta. Também tive o privilégio de conhecê-lo, ingressamos juntos nesta Casa há 10 anos. Acredito que não há nada que desabone a sua conduta, não há dúvida alguma para nenhum de nós, Deputados, quanto a isso.

Neste momento, quero também cumprimentar toda a Casa pela postura, mas gostaríamos de solicitar, Deputado Dalmo, à Mesa - não sei como - que estudasse uma maneira de divulgar esse acontecimento à imprensa, pois não podemos deixar de reconhecer isso. Lembro-me muito bem quando cheguei aqui hoje, a primeira notícia que tivemos foi que o gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro havia sido invadido. Então, penso, como muito bem expôs o Deputado Lafayette de Andrada, que essa situação deve ficar muito bem esclarecida para que não prejudique essa imagem tão bem conquistada nesta Casa pelo ilustre Deputado.

Então, algo tem que ser feito para evitar esse efeito maléfico que, infelizmente, pode afetar a imagem do querido Deputado. Quero deixar aqui o nosso abraço, o nosso reconhecimento pelo seu trabalho e, sobretudo, por sua competência e ética. Todos nós que trabalhamos com pessoas em nossos gabinetes, infelizmente, estamos sujeitos a acontecimentos como esse, portanto cada vez mais precisamos esclarecer de maneira definitiva o que aconteceu aqui nesta amanhã, nesta Assembléia.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço ao Deputado Fábio Avelar e ouço, com muito prazer e honra, o Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, faço este aparte para trazer a solidariedade da Bancada da Oposição, do PT e do PCdoB. Todos reconhecemos a grande figura política e o grande homem honrado que V. Exa. é e queremos parabenizá-lo por seu comportamento e conduta, pela forma como agiu aqui hoje, o que só engrandece esta Casa. Deixo aqui registrada a solidariedade do PT e do PCdoB nesta Casa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado a V. Exa. Com muita honra, concedo aparte ao Deputado Sebastião Helvécio.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, neste momento quero trazer-lhe meu abraço e, especialmente, minha solidariedade pelo modo tão cortês com que V. Exa. atendeu a visita que a Polícia Federal fez nesta manhã, cumprindo um mandado judicial. O modo como V. Exa. e a própria diretoria da Casa conduziram a questão mostra a grandeza do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e é muito importante que este Parlamento, mais uma vez, hipoteque solidariedade a V. Exa. não apenas como Presidente da nossa comissão mais importante, a de Justiça, mas também como o grande jurista a que todos nós recorremos nas questões importantes. V. Exa., neste momento, foi um grande exemplo de postura e de atitude para todos nós, portanto receba o meu abraço pessoal. Já estive com V. Exa. pessoalmente pela manhã, mas faço questão de, neste Plenário, também trazer o meu abraço pelo modo muito diligente com que V. Exa. lidou com a questão. Ela realmente pode trazer algum tipo de preocupação, mas V. Exa. a apresentou de um modo que mostrou a sua lucidez. Um grande abraço.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a V. Exa. e, com muito prazer, ouço o Deputado Jayro Lessa.

O Deputado Jayro Lessa (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, estou aqui em nome do DEM para dizer que sua experiência como advogado e parlamentar há vários anos foi revelada por sua categoria ao receber o mandado de busca e apreensão de documentos em seu gabinete. Esta Casa, por meio de seu Presidente, o Deputado Doutor Viana, abriu-se para que a Polícia Federal adentrasse. V. Exa. fez o mesmo em seu gabinete. Eles foram corteses, cumpriram sua obrigação, olharam o que deveriam e chegaram à conclusão de que V. Exa. nem a Casa não têm nada a ver com a questão. O problema é com um funcionário desta Casa, em meio a cerca de 2 mil que aqui trabalham, e tenho certeza de que nem V. Exa. nem esta Casa nada têm a ver com as ações desse funcionário que trabalha com você. Devo deixar claro que a Polícia Federal tem feito um grande trabalho no Brasil e em Minas Gerais, mas não consegui entender até o momento qual foi o prejuízo causado aos cofres públicos de que estão falando - R\$200.000.000,00. Não entendi. Talvez V. Exa., como advogado, possa explicar-me. Se estão usando um documento falso, algum documento para sacar esse dinheiro do Fundo de Participação dos Municípios, para mim esse dinheiro pertence ao Município, e não a outro órgão. Ainda não consegui compreender onde está o prejuízo dado à Nação brasileira.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a V. Exa. e ouço, com muito prazer, o Deputado Wander Borges.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, geralmente chego cedo, e seu gabinete já está aberto. O nosso amigo Borges, meu xará, sempre me convida para tomar um café com V. Exa. Sei que se levanta muito cedo, faz sua caminhada e, logo em seguida, se debruça no trabalho. Quero parabenizá-lo pela forma altaneira e respeitosa com que se comportou em relação a todos esses fatos. Isso demonstra claramente a todos nós que sua consciência determinou, até como jurista, a necessidade de se cumprir aquela regra do jogo da forma posta.

Isso nos alegra, mas, ao mesmo tempo, preocupa-nos na outra ponta porque cada um de nós tem adversários políticos espalhados por este Estado. E que fique bem claro aqui, para toda Minas Gerais, que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, do PSDB, que tem militância no Estado, especialmente na região do Sul de Minas, não tem nada a ver com o episódio aqui hoje verificado. O que a polícia veio fazer aqui foi um complemento das investigações que começaram na rua e que, por acaso, caiu sob um determinado funcionário, um Agente Parlamentar lotado no gabinete de V. Exa. Que isso fique claro. E assim como foi V. Exa., poderia ter sido qualquer um de nós, outro Deputado. Porque, atualmente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva e Srs. Deputados, nós não temos condições de avaliar o que nossos filhos fazem nas ruas diariamente. Há um ditado muito antigo, Bispo Gilberto: "Os dedos das mãos não são iguais aos dedos dos pés". Então, existe toda essa coincidência de fatos que podem ser usados por alguns maldosos para denegrir a imagem de V. Exa.

Mas eu sei que aqueles que o acompanham, os seus eleitores e aquele povo que V. Exa. defende nesta Casa, andando centenas e centenas de quilômetros no Estado de Minas Gerais, não de reconhecer que V. Exa. não tem nada a ver com esse episódio. E vão também divulgar que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva é dos homens honrados, probo, correto, de retidão, de caráter e que tem contribuído sobremaneira para a qualidade, o crescimento e o desenvolvimento de Minas Gerais. Nota dez para V. Exa. pela postura que teve na parte da manhã, nesta Casa, bem como os outros órgãos da Assembléia Legislativa, em especial, a Diretoria-Geral, o pessoal da segurança e à própria polícia, que se postou também de forma respeitosa com esta Casa, especialmente com V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. Deputado Arlen Santiago, é uma honra ouvi-lo.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Meu caro amigo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, não me intei ainda da violência que foi praticada contra V. Exa. Não tenho elementos necessários para avaliar o caso. Sei que V. Exa. foi vítima de uma violência, o que é comum na vida pública. As pessoas que estão na vida pública estão realmente expostas. E principalmente o Poder Legislativo, que, sem sombra de dúvida, tem sido a Geni do Brasil, com tantas pessoas que trabalham tanto. Conheço tantos Deputados Federais fantásticos, Senadores, Deputados Estaduais aqui nesta Casa, com os quais aprendi a conviver e a respeitar, e, na avaliação pública, o Legislativo está lá em baixo.

Tenho a grande alegria de conhecer V. Exa., de conhecer a Dalvinha, sua esposa, de saber da figura maravilhosa que V. Exa. é, do grande advogado, daquele amigo real, aquele conselheiro bom das horas difíceis, aquele parlamentar-formiguinha que enche de honra todos os que votam em V. Exa. E sei que o Poder Legislativo não foi o seu gabinete, o Poder Legislativo foi mais uma vez violentado por essas cenas que estamos vendo constantemente no Brasil, de pirotecnia, cenas que realmente têm feito até com que a população não acredite mais nas nossas instituições. O que acontece? Vai lá, prende e faz, depois vai ver o que realmente aconteceu.

Tenho visto inúmeras pessoas serem extremamente agredidas, sendo que depois fica comprovado que nada houve de errado, ficando em nós uma grande mágoa.

Conheço você, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, eu e a Laís conhecemos sua esposa, a Dalva, gostamos de vocês e temos a certeza do grande homem público, pai de família e amigo que é. Quero que você, que sofreu hoje essa violência contra você e contra seu mandato, torne-se mais forte. Essa é uma pequena adversidade que já passou e a qual, tenho certeza, você vai tirar de letra. É nas adversidades que nos tornamos mais fortes. Quero que você aceite minha amizade cada dia mais firme, porque gosto de você, tenho respeito por você e por sua família. Quem de nós não passa por adversidades? Há poucos dias mesmo, tive de levar à Justiça um Vereador, o qual me atacou e me caluniou simplesmente porque o Prefeito mandou. Tive de levá-lo à Justiça e, ao final, fizemos um acordo no sentido de que ele fizesse uma doação para o Proerd de Pirapora, a fim de que a Polícia Militar pudesse comprar o Leão e ajudar um pouco mais nesse belo trabalho. Então, gostaria de dizer aqui, Dalmo Ribeiro Silva, que, a cada dia, quero ser mais seu amigo. Quero irmanar-me aqui com seus eleitores, que, se estivessem aqui, fariam para as câmaras, para toda a Minas Gerais, que realmente votam em um Deputado que a cada dia cresce mais. V. Exa. entrou aqui com 20 mil votos e hoje é um dos campeões de voto; é uma das pessoas que mais trabalha nesta Casa, encaminhando projetos de lei, trabalhando nas comissões, buscando recursos para a população. Você é um exemplo de homem público, e quero, cada dia mais, ser seu amigo e poder estar com você e com sua família.

Quero falar para a Dalva e para seus filhos que eles devem se orgulhar desse homem que está aqui, nesta tribuna, chamado Dalmo Ribeiro Silva, com quem os seus colegas se orgulham de trabalhar. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado a V. Exa., Deputado Arlen Santiago. Concedo um aparte ao ilustre Deputado e amigo Carlos Pimenta.

Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Quero também fazer coro com todos os pronunciamentos feitos nesta tarde ao companheiro Dalmo, pronunciamentos de apoio, de solidariedade, mas queria, acima de tudo, trazer o meu testemunho da idoneidade e da coragem do cidadão Dalmo Ribeiro Silva. Qualquer cidadão de bem, qualquer pessoa que queira contribuir para que tenhamos, para que possamos ter, cada vez mais, um Estado digno, um país democrático, aberto e transparente, e para que possamos viver com dignidade, que nossos filhos possam crescer e possamos ter esperança nas gerações futuras, esse cidadão tem de agir assim como V. Exa. agiu hoje. V. Exa. foi a pessoa que abriu seu gabinete, levou, ao interior do seu gabinete, os agentes da Polícia Federal que também cumpriam suas obrigações, mostrando que quem não deve não teme. V. Exa. mostrou que a democracia que tanto defendemos tem de ser praticada, que não pode ser apenas uma peça de retórica. Temos de viver e de vivenciar essa democracia. V. Exa. foi tranqüilo como sempre, durante todos esses anos. Eu o conheço há tantos anos e tenho por V. Exa. um grande apreço e uma enorme admiração pela sua postura, pelo seu comportamento ético, cortês e amigo quando precisamos. V. Exa. tem hoje meu apoio, minha solidariedade e minha admiração. Da mesma forma como V. Exa. demonstrou essa índole que vem de berço, as autoridades deste país também deveriam agir dessa forma. Tenho dito que a Polícia Federal é uma das instituições que mais defendemos e admiramos, mas ela não pode, quando se trata de um fato como esse, agir dessa maneira, muito mais para ficar sob as luzes do holofote que propriamente para cumprir com suas obrigações. E digo isso porque tenho um respeito muito grande pela Polícia Federal.

Agora mesmo estamos vendo diversos Prefeitos saindo algemados de suas casas, de seus gabinetes, presos por um fato que virá à tona amanhã, por meio da imprensa, que detalhará o que está ocorrendo. Muitos desses Prefeitos estão sendo reféns, vítimas, presas fáceis de pessoas que chegam lá prometendo tudo. Acho, então, que, primeiro, a polícia tem de procurar esses lobistas que chegam aos Municípios oferecendo mundos e fundos, querendo trazer facilidades para os Municípios. Muitos dos Prefeitos, não a totalidade, na boa-fé, acabam "embarcando numa canoa furada".

Solidarizo-me, então, com esses Prefeitos corretos, idôneos, que estão hoje presos, com suas famílias passando por um verdadeiro vexame e por dificuldades. Eles, às vezes, movidos pela vontade de servir mais ao Município, estão passando por essas dificuldades. No devido momento trataremos desse assunto.

Cabe-me trazer a solidariedade a esses companheiros. Não tenho, diretamente, nenhum Prefeito ligado ao meu gabinete, mas conheço alguns deles que estão sendo presos hoje, por trabalharem e por quererem o melhor para seus Municípios.

Receba, pois, Deputado, o meu abraço e a minha solidariedade. Tenho a certeza absoluta de que o assunto será esclarecido. Trata-se de um funcionário do gabinete de V. Exa. que goza de grande prestígio aqui nesta Casa, diga-se de passagem. São fatos da época em que ele nem era assessor parlamentar de V. Exa., pois, salvo engano, era funcionário da Prefeitura de Medina. É um homem evangélico, uma pessoa que tem um bom nome nesta Casa, de boa família. Espero que ele tenha condições de explicar isso à Polícia Federal e à sociedade.

Quero, então, Deputado, cumprimentá-lo pela postura firme e decidida de quem não deve e não tem o que temer. V. Exa. não deve e não teme nada. Adentraram o seu gabinete pessoas que foram cumprir o seu papel. Parabéns. Continue sendo sempre esse Dalmo de nome limpo, essa pessoa amiga, esse pai de família exemplar e esse político que merece todo o nosso respeito e toda a nossa admiração. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Ademir Lucas.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro: o Deputado Lafayette de Andrada, em nome da Bancada do PSDB, já se manifestou. Poderíamos fazer nossas as palavras dele. Não me contento só com isso. Gostaria de fazer duas observações. Quem conhece sua biografia política sabe que V. Exa. tem como norma primar pela correção, pela ética e pela dignidade na vida pública. Quem conhece sua biografia pessoal sabe o grande jurista que é, o homem de leis, que dirige nesta Casa a mais importante das comissões, com uma postura séria, ilibada, correta, que é a Comissão de Justiça. Como cidadão, V. Exa. demonstrou o equilíbrio, a prudência, em nenhum momento se intimidou, até por ser absolutamente inocente; é vítima dessa iniciativa. Repito, em nenhum momento V. Exa. demonstrou preocupação, uma vez que sabe que não procedem essas iniciativas em relação ao nome de V. Exa. A Assembléia inteira, do funcionário mais simples ao mais graduado de todos os seus colegas aqui da Assembléia Legislativa, sabe que V. Exa. é um homem de bem, de reputação ilibada e que não poderíamos esperar outra atitude que não fosse receber, encaminhar e liberar o seu gabinete para a diligência necessária. Mais do que solidariedade, é o nosso reconhecimento pelo homem de bem que V. Exa. é. A solidariedade é apenas pelo constrangimento, tema que gostaria de discorrer na segunda parte deste pronunciamento.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, fui Deputado desta Casa na época da ditadura. Durante meu atual mandato tenho-me assustado muito. Na época da ditadura, houve um atentado a esta Assembléia; colocaram uma bomba em um banheiro do andar térreo. O Presidente, à época - não me lembro se era o Deputado Genésio Bernardino ou o Deputado Dalton Canabrava - não permitiu, não consentiu que as Polícias Militar, Civil e Federal adentrassem o Poder Legislativo para fazer perícia. E quando os policiais chegaram aqui, ainda que devidamente autorizados, tiveram de deixar as armas do lado de fora, ou seja, entraram desarmados. Hoje, encontram-se nos corredores Oficiais de Justiça a constranger e a intimidar Deputados. Ademais, outras instituições costumam entrar nesta Casa de qualquer forma. Fico pensando: que Poder é este? Já é um Poder desarmado, não possui nenhuma forma de se impor na mídia e, agora, acontece isso. Lembro-me do caso do Ministério Público em Divinópolis. Vários Deputados foram citados indevidamente naquela ação extemporânea, absurda, descabida. Escolheram as pessoas a ser citadas, pois, como vimos, pessoas que ocupam cargos federais não foram incluídas, mas vários Deputados e suplentes estaduais e federais foram citados. Na época, os Oficiais de Justiça andavam pelos corredores citando as pessoas, entre as quais as que eram lembradas em virtude de questões eleitorais. Hoje, entram no gabinete de V. Exa. Portanto, preocupo-me muito com isso, e até já conversei sobre o assunto com o Deputado Mauri Torres. Como a Assembléia vai-se comportar diante desses episódios? Esta Casa não pode aceitar esse tipo de atitude. Não me refiro à diligência, mas à forma como agem. V. Exa. é uma pessoa de bem, facilitou tudo; então, adentraram o seu gabinete e fizeram o que quiseram. Como V. Exa. não tem nada a temer, abriu seu gabinete. Todavia, a questão não se limita ao gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, mas abrange toda a instituição, toda a Assembléia Legislativa. Atualmente, instituições estranhas a este Poder se sentem no direito de vir aqui, com ou sem mandado, citar as pessoas. Ou seja, não esperam para fazer isso no local adequado, vêm atuar aqui dentro. Lembrei-me de episódio ocorrido na época da ditadura, momento em que, mesmo a Assembléia tendo sido vítima de um atentado terrorista, não foi permitido aos policiais entrar aqui dessa maneira. Como disse, deixaram as armas lá fora e, com a autorização do Presidente, entraram nesta Casa. Faço, então, este registro. Já conversei com o Líder, Deputado Mauri Torres, mas não tive oportunidade de conversar com o Presidente em exercício, Deputado Doutor Viana. Procurei-o, mas não o encontrei. A exposição da Assembléia me preocupa muito, pois qualquer cidadão se julga no direito de vir aqui intimidar, amedrontar e constranger os membros do Poder Legislativo. Fica aqui a minha solidariedade e o meu apoio. Na verdade, V. Exa. nem precisa disso, pois quem conhece a história sabe do que estou falando. Entretanto, gostaria de ressaltar publicamente que V. Exa. tem nosso apreço, consideração, carinho e respeito, em virtude do Deputado, cidadão, pai e profissional que é.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Deputado. Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Durval Ângelo e, em seguida, à caríssima amiga Deputada Ana Maria Resende.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputada Ana Maria Resende, por favor, fale primeiro.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte)* - Amigo Deputado Dalmo, as dificuldades acontecem na vida de todos nós, e Deus permite que elas aconteçam para testar a nossa fortaleza e para que sejamos cada vez mais fortes e resistentes. Tenho certeza de que isso acontece com V. Exa; e com seu gabinete para que V. Exa. seja, a partir de hoje, mais severo com os princípios, forte e companheiro nosso. V. Exa., para mim, aqui na Assembléia, é um guru. É uma fonte aonde vou buscar informações acerca da legislação.

Tenho orgulho de ser sua companheira de partido. Quero dizer ao seu eleitorado, à sua base eleitoral que podem, com certeza, confiar nesse parlamentar que defende esse povo que tanto necessita do seu carinho e da sua atenção.

Para comprovar que estamos realmente confiantes e que eles podem confiar, quero propor aqui, Deputado Dalmo, que façamos todos nós, do seu partido, um documento, que coloquemos nos jornais de divulgação da sua terra que acreditamos e confiamos nesse parlamentar honesto, sério e trabalhador. Se nós confiamos, eles também podem estar certos da sua seriedade e da sua honestidade.

Que Deus o abençoe. Seja cada vez mais forte. Não abaixe a cabeça; ao contrário isso serve para que V. Exa. levante a cabeça, porque V. Exa. tem a certeza da nossa confiança. Deus está lá para dar-lhe a mão, para V. Exa. ser cada vez mais forte, mais amigo e mais companheiro dessa gente que o ama tanto. Muito obrigada. Que Deus o abençoe.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, querida Deputada Ana Maria. Concedo aparte ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Dalmo, amigo e companheiro de vários mandatos. Gostaria de não ser repetitivo, mas não tem jeito. Diante desse fato, não tem jeito ficarmos, talvez em um lugar comum, repetindo e repetindo algumas coisas. Entendo que esse fato merece uma reflexão. Primeiro, a respeito de sua pessoa, a quem todos conhecemos: um advogado sério, respeitado na OAB, no Sul de Minas e aqui em Belo Horizonte, que sempre pautou sua vida pela causa da justiça. Elegeu-se Deputado talvez de uma forma imprevisível, com outras lideranças regionais, que aparentemente tinham maior representação. Mas houve uma demonstração clara do povo. Primeiro, o cansaço com essas lideranças; segundo, o respeito ao seu nome.

O fato de V. Exa. ter chegado aqui de alguma forma nessa imprevisibilidade, onde outras lideranças já estavam ocupando cargos públicos, já é um fato muito significativo. Aqui, dentro da Casa, temos de destacar a sua postura séria, ética, ocupando o cargo de Presidente da comissão mais importante deste Legislativo. Acho que não paira nenhuma dúvida por parte dos seus colegas.

Entendemos que qualquer circunstância ou mal-entendido que acontecerem serão esclarecidos ou serão fruto de intenções negativas dos seus adversários políticos. O seu nome, a sua pessoa, a postura que V. Exa. tem já fala por si.

O Mestre diz, nos livros maiores: "A árvore se conhece pelo fruto. Árvore boa produz bons frutos; árvore má produz maus frutos". V. Exa. é uma árvore boa. E este Legislativo tem orgulho de tê-lo aqui como Deputado, como parlamentar.

Sobre o acontecido de hoje, eu até concordo em parte com o Deputado Ademir Lucas, porque acho que é uma grande perda do nosso Poder, do exercício pleno do nosso Poder. Mas nesse episódio, Deputado Ademir Lucas, acho que quem ganha é a democracia. Havia uma ordem judicial, um mandado de busca e apreensão e um mandado de prisão. Acho que este Poder Legislativo deu uma demonstração de que não estamos acima da lei, que nós cumprimos as leis. Houve um mandado claro.

Quero destacar que ganha a democracia e ganha V. Exa. O Delegado que comandava a operação, ao sair daqui, ficou surpreso com a forma fina e pronta com que V. Exa. liberou computador, mesa, sala do assessor, possibilitando à Polícia Federal fazer o seu trabalho. V. Exa. foi elogiado pelo Delegado, que disse que nem sequer em outros órgãos do próprio Executivo federal houve um auxílio, uma colaboração tão pronta. Certamente esse é um episódio a mais que enriquece a biografia de V. Exa., que faz aumentar a admiração e o respeito por sua pessoa.

O susto, o trauma, é situação normal para as pessoas de bem - e só não passa por isso quem não é do bem. Deus e Nossa Senhora ajudarão a consolar o seu coração e o de sua família. Parabéns pela postura, pela firmeza, pela aula de democracia que V. Exa. e este Parlamento deram, demonstrando que aqui se respeitam as leis.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. Ouço, com muito prazer, o Deputado Fahim Sawan.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Obrigado pelo aparte, Deputado Dalmo. Apesar de o nosso partido ter se manifestado amplamente, por meio dos Deputados Carlos Mosconi e Lafayette de Andrada, também não poderia deixar de manifestar a minha solidariedade, a minha admiração e principalmente o meu respeito pelo Deputado que demonstrou ser para todos nós seus amigos, seus parceiros e companheiros de partido nesta manhã. Deputado Dalmo, quero deixar aqui essa sinalização. Sei que muitos ainda desejam falar, e o tempo se está esgotando, mas não poderia deixar de dizer a V. Exa. que este parlamentar, Deputado Fahim Sawan, seu colega e amigo, tem o maior respeito e admiração pelos seus atos, principalmente a partir de hoje, quando passei a admirá-lo ainda mais. Parabéns pela postura! Que Deus abençoe a sua família e V. Exa., conduzindo-o sempre aos melhores caminhos.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. Ouço, com muito prazer, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Caro Deputado Dalmo, há cerca de 15 dias, tivemos a oportunidade de falar sobre o golpe militar de 31 de março, que passa despercebido. Não é comemoração; não é lembrança. O que estamos vendo hoje no nosso país é a volta da ditadura, quando o Poder Legislativo praticamente não é reconhecido pelas autoridades. Eles fazem o que querem. Hoje a invasão da Polícia Federal à Assembléia Legislativa demonstrou, mais uma vez, o que tenho denunciado: a fraqueza do Poder Legislativo. Não temos apenas de ser solidários a V. Exa. pelo seu passado ou presente e pelo seu caráter. Temos de ficar juntos para combater esses abusos que a Polícia Federal tem cometido quase todos os dias. Como alguém pode ser preso sem saber o motivo?

Por que não houve investigação, para que essa pessoa pudesse ser levada a dar explicações? Primeiro, prendem, para depois apurar, apenas com o único objetivo de desgastar a classe política, Prefeitos do interior e Deputados.

Amanhã, a imprensa não vai dizer que havia um funcionário de V. Exa. que poderia estar envolvido, mas sim que isso aconteceu no gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O desgaste já aconteceu, Deputado Durval Ângelo. Não adianta o Deputado ter sido cortês com a Polícia Militar, porque ele já foi condenado, e esse era o objetivo. Aliás, essa Juíza que deu o mandado tem de dar explicações. Ela não pode expedir um mandado de qualquer forma.

Isso tem acontecido na maioria das operações policiais, com os Juízes de plantão, que expedem o mandado de prisão sem analisar as conseqüências e o pedido. É contra isso que precisamos voltar a discutir. Aliás, o Congresso Nacional precisa posicionar-se frente aos abusos que estamos vendo quase que diariamente.

Na maioria das operações da Polícia Militar, primeiro, eles avisavam à Globo e, depois, faziam a operação. Primeiro prende, para depois apurar. Alguma coisa está errada nisso aí, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e precisamos reagir.

Tenho dito aqui que isso se deve a esse comodismo do Parlamento e do povo, que não reclama de mais nada. É por isso que essas operações vêm ocorrendo, e ocorrendo em nome da moralidade, mas esquecendo-se de que cometeram um abuso de autoridade. Como pode uma pessoa ser presa, algemada, e isso televisionado para o Brasil inteiro, sem ter o direito de, pelo menos, defender-se por meio de uma explicação. Primeiro tem de aparecer a condenação para, depois, fazer todo o procedimento judicial.

Não é apenas a solidariedade a V. Exa., Deputado Dalmo Ribeiro Silva, mas também a satisfação de ter toda a Bancada do PMDB a seu lado. No entanto, ainda falta uma reação urgente da Assembléia Legislativa, ou melhor, o Parlamento tem de se unir e a Presidência da Casa posicionar-se a respeito. É preciso cobrar da Juíza que expediu o mandado o porquê de ela ter ordenado fazer cumprir o mandado dentro da Assembléia Legislativa, e não na casa do funcionário. É para desgastar o Deputado? São essas as discussões que precisamos ter. E mais, precisamos ter coragem.

Não estou dizendo que não queremos uma polícia forte, assim como um Ministério Público forte, mas a verdade é que eles estão passando dos limites do abuso de autoridade. Não adianta vir reclamar depois dizendo que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva é gente muito boa, porque a condenação já vai ter saído amanhã. Não é esse o papel do parlamentar. A Assembléia Legislativa tem de reagir; a Mesa tem de reagir.

Houve episódios parecidos com esse, em que não permitimos que isso acontecesse nesta Casa, a não ser que, agora, estamos à beira da ditadura ou que os poderes constituídos não valem mais nada. Temos de fazer uma denúncia ao Conselho Nacional da Magistratura, que tem de coibir esses mandados de qualquer forma. Quebra de sigilo bancário e telefônico é determinado a toda hora por Juízes de plantão. Enquanto isso, a polícia está aí vigiando todos nós, homens públicos, e também a própria polícia e o Judiciário. Um investigando o outro, porque não há mais critério, ou melhor, não temos mais um poder constituído com força jurídica, um respeitando o outro, nos seus limites.

Sei do constrangimento que foi para todos nós, e não só para V. Exa. Quando aqui cheguei e tive a informação, fiquei muito incomodado, porque eu já enfrentei polícia na época da ditadura e agora estamos começando a enfrentar isso outra vez. Vejam bem o que a Polícia Militar fez no Independência nesta semana. A Polícia Militar agora é que determina a norma. A situação inverteu-se.

Precisamos reagir, e este é o momento ideal para isso, um momento de dificuldade e de problemas. Hoje, foi com V. Exa. e amanhã poderá ser com o Deputado Fahim Sawan e depois com os Deputados Adalclever Lopes, Doutor Rinaldo e Paulo Cesar.

Precisamos ser solidários não apenas no caráter mas nos absurdos e abusos que nos acometem diariamente. Quando há um empresário envolvido ou uma pessoa de renome, é um estardalhaço, às vezes sem julgamento e apuração efetiva do fato. Para mim, isso é uma condenação pública antes de qualquer apuração. Fica minha indignação com o ocorrido. Estamos do seu lado, e penso que a Assembléia Legislativa deve se posicionar, a Mesa Diretora deve se posicionar, mesmo que seja a favor. Ela não pode se ausentar neste primeiro momento.

Não há um membro da direção desta Casa presente para presidir esta reunião hoje, em que discutimos isso. Se fosse em outro momento, logicamente haveria uma reação dura do Parlamento. O que estou dizendo é que queremos que a lei seja cumprida, que a Polícia Militar tenha preservado seu papel, mas não podemos permitir os abusos, esses abusos que condeno e combaterei sempre que tiver oportunidade. O que aconteceu hoje é o prenúncio de uma ditadura. Ou nós, homens públicos, reagimos ou vamos viver, de fato, essa ditadura que se prenuncia. Fica nosso abraço e companheirismo. Não pela situação em si, pois todos conhecem V. Exa., mas o fato ocorrido merece nosso repúdio e nossa posição firme contra essa ação da Polícia Federal, da Juíza que expediu o mandado de quem está presidindo esse processo. É uma irresponsabilidade da força policial primeiro prender, algemar e mostrar para a opinião pública e só depois apurar os fatos. É essa a nossa indignação.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado. Concedo aparte ao Deputado Eros Biondini.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Caro Deputado Dalmo Ribeiro, em meu nome e do Partido PHS, que represento, não poderia deixar de me solidarizar com V. Exa., unindo-me não só aos parlamentares desta Casa que o conhecem mas também a todos os assessores e pessoas que convivem com V. Exa. e o admiram. Eu também, desde o início do mandato, como os demais Deputados, espelho-me em V. Exa. Conhecemos seus filhos e sua família em momentos que já estivemos juntos, mesmo que por pouco tempo, e sabemos da pessoa e do caráter de V. Exa. Só os grandes homens conseguem passar por grandes tribulações, e, como nunca é dado um fardo maior do que o coração consegue suportar, tenho certeza de que V. Exa. mostra e ensina não só a nós mas a todos que participam deste momento como é a postura de um homem íntegro e digno. Ficam nosso abraço e solidariedade, e estamos ao lado de V. Exa. para o que for preciso.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado. Concedo aparte ao Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Meu amigo e companheiro nesta Casa, Deputado Dalmo Ribeiro, não quero entrar no mérito do assunto que provocou a ação. Defendo que, se há algo errado, deve ser investigado e trazido à luz, sendo aplicado o rigor da lei dependendo da confirmação de tudo. Portanto, o que aconteceu no dia de hoje, se tem algum fundamento verdadeiro, creio que o resultado das investigações e apurações apresentará às pessoas. Com o que não podemos concordar é que se faça uma inversão dos fatos, ou seja, que primeiro se condene e depois se investigue.

Parto do princípio de que precisamos caminhar pelos passos lógicos da ação. Portanto, como disse, não estou aqui condenando a ação, embora talvez tenha elementos para arguir o seu "modus operandi", mas defendendo que o que está errado - assim como o que está sendo feito de errado - deve ser trazido à luz.

Não venho a este microfone apartear V. Exa. para fazer sua defesa. Quero crer que para isso basta a vida de V. Exa., como pai de família, homem bem casado, responsável, que ama sua família. Tenho aprendido, em minha caminhada, que todo homem de bem, todo homem que ama e preza a sua família traz uma essência muito boa. E V. Exa. traz essa essência. Na semana passada, quando estivemos em sua região, em audiência pública, visitando a nossa fábrica de helicópteros, a Helibras, cuja instalação em sua região muito nos honra, pudemos perceber o carinho e o respeito que as pessoas têm por V. Exa. Creio que cada Presidente de comissão nesta Casa preside uma comissão cujo mérito tem muito a ver com o que ele pensa. Eu, por exemplo, presido a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, e em grande parte da minha vida estive ligado à indústria e ao comércio. V. Exa. preside nesta Casa a Comissão de Justiça; quero crer, portanto, que ninguém nesta Casa pode defender mais a Constituição e a justiça do que V. Exa. Assim, a atitude de V. Exa. ao receber as autoridades da Polícia Federal que lá estiveram foi muito coerente. E quero crer que não poderia ser outra a avaliação dos agentes federais que lá estiveram senão a de que V. Exa. os recebeu com toda educação e, principalmente, na defesa de princípios constitucionais e de justiça. Aqueles que convivem com V. Exa. nesta Casa há mais tempo do que eu certamente têm uma opinião mais formada, mas, no pouco tempo de convivência neste Parlamento, pude perceber o quanto V. Exa. é de fato uma pessoa respeitada dentro e fora dele.

Posso fazer esta fala também em nome da Bancada do PMDB, que foi até ao seu gabinete abraçá-lo, não com preocupação ou com alguma interrogação sobre o que teria feito o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, mas com solidariedade, sabendo que V. Exa. nada tinha a ver com aquele assunto. Mas, para que não haja dúvida e amanhã a imprensa não divulgue outra verdade - porque muitas vezes se produzem verdades -, é que venho a este microfone e empenho aqui a palavra da Bancada do PMDB. Até para que não aconteça alguma inversão dos fatos, como já vimos acontecer em alguns exemplos. Conta-se a história de um cidadão que foi mordido por um cachorro e foi a uma delegacia denunciar o dono do animal. Quando este foi intimado para explicar por que não cuidou do seu cachorro, deixando que ele mordesse o autor da denúncia, ele conseguiu, não sei de que maneira, inverter a ordem dos fatos e provou que o cachorro não tinha mordido o cidadão, mas o cidadão é que tinha mordido o cachorro. Para que V. Exa. não seja vítima desse tipo de interpretação equivocada é que estamos aqui fazendo essa defesa, que é a defesa da lisura e da seriedade que V. Exa. certamente traz em seu caráter, entre outras coisas.

Pode, sim, ter sido um constrangimento para V. Exa. ter de receber ali alguns agentes da Polícia Federal, mas entendo que não podemos confundir as coisas nem tampouco esquecer a ação que ensejou a visita desses agentes federais ao gabinete de V. Exa. Eles estavam ali em busca de informações de um assessor seu. Aliás, se seu conceito já era alto comigo, cresceu mais ainda depois da visita que fizemos ao seu gabinete hoje, antes do almoço, quando V. Exa. disse que não iria exonerar seu servidor porque não sabia se ele é culpado de algo. Primeiro, se precisa provar se ele é culpado, para depois exonerá-lo. Com isso, V. Exa. mostra que, de fato, é um constitucionalista e, sem sombra de dúvida, uma pessoa que prima pela justiça.

Ficam aqui essas palavras, e que o amigo possa fazer deste limão uma deliciosa limonada.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. Deputado Carlin Moura e, depois, Deputado Irani Barbosa, com muita honra.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, há fatos que podem contribuir, sem dúvida alguma, para o avanço da sociedade. O mundo contemporâneo tem a marca da cibernética, é um mundo "on-line", é um mundo em rede. Infelizmente, nesta tecnologia moderna, a imagem e a notícia, às vezes, correm mais rápido que a própria justiça, e isso é grave. O fato ocorrido nesta Casa, hoje, serve primeiro de lição para dizer que o mundo contemporâneo precisa tomar mais cuidado com seus valores e princípios. A inversão, com a condenação antes da apuração, é grave. A divulgação dos fatos de forma distorcida é grave. Isso não contribui para a democracia. Da mesma forma que os instrumentos de investigação e a nossa Polícia Federal têm avançado, utilizando a tecnologia, não podemos permitir que a imprensa use desses instrumentos para execrar as pessoas antes da devida apuração, antes do devido processo legal.

A condução de V. Exa. hoje demonstra a sua grandeza, o conhecedor que é dos princípios constitucionais. Na defesa que fazemos de V. Exa., queremos defender o Estado Democrático de Direito. V. Exa., à frente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, tem feito um trabalho ético, competente, eficiente. Estive com V. Exa., ontem, até o final da tarde, e V. Exa. cuidava dos interesses do povo de Minas Gerais, do povo do Sul de Minas, mostrando que está sempre atento e atuante.

Esse episódio serve para todos da Assembléia Legislativa. Contribui para o País ao dizer que isso tem de ser apurado, e, se houver desvios, o responsável tem de responder por eles, mas não se podem usar operações espalhafatosas, usar imagem do mundo contemporâneo - a imagem é tudo - para condenar previamente pessoas ou induzir, por meio dessas imagens, a interpretações políticas equivocadas ou interesseiras.

Fica aqui o nosso registro de solidariedade com V. Exa. Esperamos que o Brasil possa refletir sobre essas questões e que as pessoas só sejam

culpadas depois do devido processo legal e do contraditório, depois de apurado e transitado em julgado. Esperamos que a imprensa mineira saiba ter a responsabilidade devida na cobertura desses fatos em relação a V. Exa., que não tem nada a ver com a questão, e em relação a eventuais Prefeitos ou pessoas que estão sendo hoje presas sem o devido direito de defesa e do contraditório. Minas estará atenta. Fica aqui registrada a nossa solidariedade, e, quem sabe, possamos contribuir para que esses incidentes não venham a se tornar fatos corriqueiros na grande república brasileira.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. Deputado Irani Barbosa, querido amigo.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso Presidente da Comissão de Justiça, sabe do respeito e do apreço que temos por V. Exa. Na manhã de hoje fui surpreendido com um telefonema de funcionários nossos que foram intimidados pelo fato de serem testemunhas da invasão do seu gabinete. Digo "invasão" por uma razão. V. Exa. já deve ter viajado de navio. Todos os que trabalham num navio sabem dos seus limites, das suas funções e obrigações e de como conduzir a sua autoridade. Preocupa-me porque está faltando o manual de bordo desta Casa. Salvo engano, na nossa Constituição a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais é um dos três Poderes constituídos. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, para adentrar esta Casa, salvo melhor juízo, somente com a autorização do seu Presidente. Nenhum mandado, a não ser num estado de exceção, vale aqui dentro. Os Poderes são três, e harmônicos entre si. Quando falta o manual de bordo, o camareiro não sabe se é ele quem pilotará o navio ou se o comandante é quem fará a limpeza dos sanitários. Aí, começa a complicar. Não temos segurança nesta Casa. Esta Casa não tem segurança. Aliás, Deputado Dalmo Ribeiro, esta Casa tem polícia: a polícia do Poder Legislativo está instalada aqui dentro, e alguns a transformaram em segurança. Algumas metáforas ditas aqui não correspondem muito à verdade. Quando admite um funcionário, V. Exa. pede uma folha-corrída. Todavia, nem a folha-corrída garante que V. Exa. não esteja contratando um bandido. Do mesmo jeito que temos alguns bandidos de toga que fizeram e passaram no concurso, e estão lá; do mesmo jeito, dentro da própria polícia, alguns bandidos com a carteirinha de polícia, e estão lá. Aliás, até nesta Casa alguns nem contratam bandido, alguns são o próprio bandido. Então, não temos muito o que dizer.

Gostaria de dizer a V. Exa. que houve uma falha grave desta Casa porque qualquer mandado para ser cumprido aqui tem de ser pela polícia da Assembléia Legislativa, e mais nada. Como Presidente da Comissão de Justiça, V. Exa. sabe disso. V. Exa. foi muito cordato e passivo e precisa ajudar-nos a estimular a autoridade que este Poder representa. Se não a representa, fechem-lhe as portas. Já estive até imaginando que isto aqui dá um "shopping" belíssimo. É só fechar os gabinetes, retirar as portas e pôr uma vitrine que se torna um "shopping", pois tem tudo: garagem, estacionamento. Podem até deixar a nossa polícia tornar-se a segurança do "shopping". Não precisa nem trocá-la. Acho que isso aqui funcionará melhor. Como Presidente da Comissão de Justiça, V. Exa. é o responsável pelas informações jurídicas desta Casa. Se foi pego no susto por mazelas ou sei-lá-o-quê de um funcionário seu, V. Exa. foi também surpreendido por falta de um departamento jurídico desta Assembléia que estivesse à altura e soubesse defender a Casa onde come. Além disso, pela falta que está fazendo o nosso Presidente, por não ter chegado a tempo. Acredito que ele teria autoridade para que se pusessem as coisas no lugar. O gabinete de V. Exa. não foi examinado, mas sim, invadido. Espero que esta Casa tenha consciência do que é ser e do que é não ser, pois estar aqui qualquer um está. Quer dizer, qualquer um que adentrou as portas da Assembléia está aqui dentro. Agora, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, há uma distância muito grande entre ser ou não ser Deputado. Aliás, nesse momento de trauma em que V. Exa. se encontra, espero que venha a reação, que é de sua competência como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Eu já disse, várias vezes, ou se instaura aqui a moralidade ou vamos transformar isso em um "shopping" - para não dizer vamos nos locupletar a todos. Há um ditado que a minha mãe, que era espanhola, dizia: "Quando a folha amarga, o fruto mata". Gostaria apenas que V. Exa., como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, começasse a buscar com serenidade a reação que lhe é devida e que lhe será cobrada, pois esta Casa foi invadida, foi vilipendiada, e está mostrando o poder que tem, ou seja, nenhum. Deputado Dalmo Ribeiro, esta Casa foi invadida. Espero que comece com V. Exa. e que termine com a Mesa desta Casa; que diga para o que veio ou então transformaremos isso em um "shopping". Isso daria um bom "shopping", e até colocaríamos o nome de Nossa Senhora de Fátima, pois às vezes ela possa proteger alguém.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado. Com muito prazer, concedo aparte ao ilustre Deputado Vanderlei Jangrossi.

Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Querido amigo Dalmo Ribeiro, também não poderia deixar de expressar minhas palavras e trazer meu apoio a V. Exa. Tenho sempre expressado carinho, o mesmo carinho que V. Exa. teve por mim nesta Casa desde o início, até mesmo se dispondo a abrir as portas do seu gabinete e colocando-se à disposição num momento em que tive uma certa dificuldade. Então não posso deixar de expor aqui palavras de apoio a V. Exa., por se tratar de uma pessoa benquista, um ícone nesta Casa, com tantos mandatos. Tenho respeito, e os colegas também o tem, ao mandato de V. Exa., que tanto tem lutado pela nossa Minas Gerais. V. Exa. tem sido um fiel defensor dos direitos da população de Minas Gerais. Não posso deixar de expor essas poucas palavras. V. Exa. fique sabendo que, para o que precisar deste amigo, estarei à disposição para ajudá-lo. Acredito em sua fidelidade e sinceridade. Com certeza, os fatos serão apurados.

Infelizmente vivemos num país em que, primeiro, se é julgado, acusado, e depois apresentamos nossa defesa. Primeiramente se condena a pessoa, e depois ela tenta mostrar que realmente é inocente. Mas, infelizmente, isso termina não acontecendo, porque o seu nome já foi por água abaixo, assim como aconteceu na Escola de Base em São Paulo. Certa vez, uma escola foi invadida, execrada, e, alguns anos depois, foi provada sua inocência, porém era tarde, pois os proprietários já estavam com suas vidas totalmente destruídas. Então, espero que isso não ocorra com V. Exa., pois, conhecendo-o como conheço, tenho certeza de que isso não acontecerá. Peço apoio a V. Exa. para apurarmos os fatos e punirmos as pessoas realmente culpadas por isso. Dalmo, eis aqui um grande amigo. Para o que precisar deste amigo, com certeza estarei pronto para defendê-lo, com a força do nosso braço naquilo que for necessário.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Jangrossi. Ouço, com muito prazer, o Deputado Doutor Rinaldo.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Caro amigo, Deputado Dalmo Ribeiro, também não poderia deixar de demonstrar aqui o carinho que tenho por sua pessoa. Estou no meu primeiro mandato e, sempre que tenho dúvidas em relação à parte legislativa, vou ao seu gabinete. Ali temos o amparo do grande Deputado, já com vários mandatos nesta Casa, Presidente da principal Comissão desta Casa, a de Constituição e Justiça, onde temos nossas dúvidas esclarecidas, pela sua seriedade, competência e honestidade. Sabemos que hoje não será tão triste para V. Exa., pois tirará isso de letra, pela sua inocência e competência, mas foi um dia que o assustou, como também deve ter assustado sua família.

Quero prestar-lhe minha solidariedade e dizer-lhe que é uma honra ser seu amigo, seu companheiro de Assembléia. Continuarei sempre em seu gabinete resolvendo dúvidas, ouvindo opiniões, pois me sinto ali em um porto seguro. Minha cidade também hoje está alvoroçada com as notícias. Nosso Prefeito também está envolvido com a Polícia Federal, e torcemos para que seja um engano, para que tudo acabe bem. Mando meu abraço aos familiares dele, que também teve sua vida invadida. Nossa cidade merece desenvolver-se, crescer e ter manchetes nos jornais sobre coisas boas, e não ruins. Deixo, portanto, meu abraço a toda família do nosso Prefeito, torcendo para que tudo ande bem e para que a justiça seja feita.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Doutor Rinaldo. Concedo aparte ao Deputado André Quintão, mas antes quero agradecer a V. Exa. a maneira amigável e cordial ao me ceder seu espaço. Lamento muito termos apenas 15 minutos e praticamente ocupamos todo o tempo, mas deixo aqui minha gratidão.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, não poderia ser outra minha atitude, e faço questão de aqui reiterar a posição que nosso Líder, Deputado Paulo Guedes, já colocou, de maneira muito clara e serena. Quero registrar duas questões importantes. Primeiro, o comportamento de V. Exa. diante da situação, de completa abertura, transparência, respeito à lei e colaboração. É isso que o Brasil espera de todos. Desde que os fatos sejam apurados com critérios e procedimentos jurídicos adequados, esperamos que as pessoas sejam punidas, evidentemente com amplo direito de defesa. V. Exa. teve uma atitude, como já era de se esperar e como sempre tem pautado sua

atuação na Assembléia, adequada. Em segundo lugar, queremos deixar muito clara nossa posição de respeito e admiração pela conduta ética, responsável e competente do parlamentar Dalmo Ribeiro Silva. Alguns episódios, evidentemente, não são aqueles mais desejados e, às vezes, fogem até à nossa vontade, mas servem também para demonstrar o apreço, o respeito e a amizade. V. Exa., então, tem neste Deputado o respeito, o apreço e a amizade. Não será um episódio como esse que maculará ou deixará qualquer dúvida sobre o comportamento probo, honesto, admirável de V. Exa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. Ouço, com muito prazer, o Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, não venho prestar apenas solidariedade, não venho dizer apenas que confio em sua pessoa, em sua honra, em sua probidade, venho também dizer que V. Exa. pode contar comigo em qualquer uma das circunstâncias em que sua moral venha a ser atingida.

Gostaria de fazer uma apreciação. Quando Deputado Federal, fui convidado pela Polícia Federal para prestar informações em um inquérito e cedi, como V. Exa. aqui cedeu. Mais recentemente, quando Prefeito de minha cidade, fui convidado por outro Delegado da Polícia Federal para prestar informações em um outro processo movido pelo PT, e também cedi. Mas esse fato de a Polícia Federal adentrar a Assembléia Legislativa de Minas Gerais me preocupa. O Poder Legislativo no seu território é sagrado, ou não há democracia. Veremos, nas manchetes dos jornais de amanhã - já temos informações pela internet -, 14 Prefeitos presos pela Polícia Federal. Queremos que ela apure. V. Exa. foi cordato e permitiu que apurassem uma denúncia que envolvia um de seus assessores, e não V. Exa. É preciso ficar bem claro para quem está nos ouvindo ou vendo pela TV Assembléia que em nenhum instante o Deputado Dalmo Ribeiro Silva foi convidado a depor, a prestar depoimento ou é suspeito de qualquer coisa.

Não há sequer uma suspeita sobre o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. É preciso que fique bem claro. Mas eu me preocupo, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que exatamente no gabinete do Deputado que preside a Comissão mais importante desta Casa aconteça um fato como esse. Preocupa-me, a instituição está fragilizada. Entendo até que a Presidência - o nosso Presidente deve chegar hoje - deve fazer uma nota oficial, quer seja publicada e divulgada gratuitamente na televisão, no rádio e nos jornais, quer seja paga pela Assembléia, mostrando que o ato, mesmo com a sentença judicial, não poderia ter sido praticado no ambiente da Assembléia sem autorização da Mesa. E não apenas pela consulta à segurança ou ao setor jurídico da Casa. Acho que é um precedente perigoso. Mesmo que tenha sido como foi, com o convite e o consentimento de V. Exa. Eu era jovem e vi, assisti ao degradingolamento das instituições, um Poder assumindo as funções do outro de forma "gigantizada", até eclodir a ditadura de 1964. E estou assistindo, pela fragilidade da Constituinte, da Constituição de 1988, que entrou em vigor em 1989, pelos seus vácuos e buracos negros, estamos assistindo hoje, de forma preocupante, de um lado, a "gigantização" do Executivo no controle das verbas orçamentárias, dos dinheiros e dos recursos, e até com as medidas provisórias copiando decreto-lei da ditadura. Preocupa-me, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Nós todos aqui, seus companheiros, temos por V. Exa. um respeito incomum. V. Exa. é um homem probo, reconhecidamente honesto, equilibrado ao extremo, exemplo de parlamentar para Minas Gerais. E nós lamentamos que amanhã as manchetes dos jornais possam estampar notícia diferente.

Por isso, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, esses depoimentos estão sendo feitos, por isso os companheiros estão-se achegando para defender o nome de V. Exa. Sabemos que a TV Assembléia não passa de 5% de audiência, mas, pelo menos, que o caso se repercuta em Minas Gerais. É esse atestado de idoneidade e de moral que os seus companheiros lhe dão neste dia, para dizer a Minas Gerais e ao Brasil, certamente, que sua honra não será conspurcada porque nós estaremos aqui para defendê-lo até o último instante.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva, pelas suas palavras e considerações. Com muito prazer, ouvirei o Deputado Rêmolo Aloise.

O Deputado Rêmolo Aloise (em aparte)* - Meu caro amigo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, também não me poderia furtar a este momento e ser muito breve, ao dizer algumas palavras. Com o envelhecimento e o amadurecimento, a vida nos traz momentos difíceis.

Entendo eu que essa ação não venha, de maneira nenhuma, afetar o nome do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Segundo informações, algumas questões terão que ser abordadas. Quanto à primeira, Deputado João Leite, Deputado Getúlio Neiva, Deputado Fábio Avelar, houve autorização da direção desta Casa para que o mandato fosse cumprido? Essa é a primeira questão que nós, Deputados, temos que examinar. Quanto à segunda, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva não está envolvido. Para mim, a lógica do raciocínio não recai na pessoa do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, mas em funcionário do seu gabinete. Assim, venho dizer-lhe que serei sempre o seu companheiro na cicatriz que hoje se abriu na pessoa de Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa. sabe muito bem que temos cicatrizes que levamos para sempre. Durante anos e anos, esta Casa nunca foi tomada por uma ação como essa. Tenha a certeza de que o amadurecimento virá. De uma coisa tenha certeza: V. Exa. será muito mais forte que ontem. Passei por muito mais do que V. Exa. passou, mas hoje estou firme, forte. O tempo está demonstrando a verdade. Dalmo, tivemos a oportunidade de conversar várias e várias coisas durante estes anos que estamos juntos, então leve a minha palavra de amigo, de companheiro e, acima de tudo, de um homem que já passou por muito mais do que hoje V. Exa. está passando. O meu muito-obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado a V. Exa. Ouço, com muita alegria, o meu querido amigo, Deputado João Leite, o meu irmão gêmeo.

O Deputado João Leite (em aparte) - Esta é uma tarde triste para todos nós, seus companheiros e amigos, especialmente para mim, que, há tantos anos, milito na defesa dos direitos e das garantias fundamentais. Vejo, sem dúvida, uma agressão a esses direitos. O momento seguinte mostrará o tamanho disso, mas precisamos questionar essa ação, tão dura contra alguém que tem prestado serviço tão importante para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil. Aliás, a sua obra, nos anos em que V. Exa. tem estado neste Parlamento, demonstra isso. Em nossa vida, não sei se somos capazes de fazer essa cobrança, mas, por tudo que conhecemos, creio que V. Exa. não mereça passar por isso. Queria guardar a lembrança do Deputado Dalmo Ribeiro Silva na reunião de ontem, na qual defendeu o Sul de Minas, numa constante luta pelas estradas do Sul de Minas, pelo povo daquela região. Sempre me procurava na Secretaria, lutando por áreas para as crianças de Ouro Fino: "Secretário, o senhor tem que entregar aquela fazenda às crianças de Ouro Fino". Em nossos encontros, V. Exa. sempre buscava o melhor para o povo de Minas Gerais. Encontrar-lhe nesta situação é triste para todos nós. Creio que, mais à frente, tudo seja avaliado. Haverá as apurações. Creio que a ação do Poder Judiciário, do Poder Executivo Federal, representado por sua polícia, tem de ser avaliada no momento seguinte. A sua vida tem sido avaliada por Minas Gerais, e essa avaliação tem trazido V. Exa., repetidas vezes, a esta Casa. A sua atuação fez com que os seus companheiros o escolhessem, por duas vezes seguidas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. As comissões da Assembléia são importantes, mas a Comissão de Constituição e Justiça trata da constitucionalidade e da legalidade. V. Exa. tem sido o guardião desses princípios tão importantes para o Parlamento.

Deixo aqui a palavra de nossa amizade de tantos anos, de nos tratarmos como irmãos gêmeos. Sei que o seu partido já se manifestou por meio de nosso Secretário-Geral, Lafayette de Andrada, que vários companheiros do seu partido se manifestaram, e sei também que pode estar sendo cansativo, mas eu não poderia deixar de me manifestar e reconhecer, neste momento, a trajetória de V. Exa.

Lembro-me sempre do seu "slogan", quando vou ao Sul de Minas: "Sempre presente". V. Exa. estava presente até no momento em que seu gabinete foi, de alguma forma, colocado em xeque - não V. Exa., mas alguém que lá trabalha. Espero - e sei que sim - que ele prove sua inocência. V. Exa. mostra a sua grandeza, ao abrir, ao mostrar para o povo de Minas Gerais que o sempre presente Deputado tem uma carreira, um gabinete que pode ser aberto, cujas gavetas e computadores podem ser mexidos, vasculhados, pois seu trabalho é transparente.

Fui, na hora do almoço, a minha casa e procurei um livro que me ajuda muito nesses momentos. Lembro-me, Deputado Dalmo, da minha carreira de goleiro. No momento em que estamos melhor, vem um "frango". Não esperamos que aconteça uma coisa dessas conosco, pois às vezes estamos indo tão bem. Em muitos momentos da minha carreira, eu estava indo muito bem, mas às vezes acontecia alguma coisa inesperada. Nesses momentos, eu recorria sempre a um livro que gostaria de ter trazido hoje, mas o trarei amanhã. O nome do livro é "Mananciais no Deserto". Sei que hoje, para V. Exa. e seus amigos, é um deserto passar por algo assim. Trata-se de alguém que não merece isso. Mas V. Exa. fez desse deserto um manancial, saiu dele mais engrandecido ainda e mostrou, para aqueles que buscavam na vida de V. Exa. alguma coisa errada, que existe aí uma carreira de honestidade.

Parabéns! Continue assim. Nós, seus amigos, apesar de tristes hoje, continuamos reconhecendo sua seriedade e firmeza.

Fica aqui a nossa solidariedade, o nosso lamento por tudo que V. Exa. está passando neste dia e que não merecia. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado João Leite.

Sr. Presidente, estamos, há bastante tempo, ouvindo as manifestações de solidariedade, demonstrando a amizade e o carinho de todos os parlamentares.

Desço desta tribuna, caríssimos Deputados André e João Leite, com o coração confortado, alegre, por saber do carinho que esta Casa tem por este Deputado, este amigo, e pela solidariedade nesses fatos que ocorreram na manhã de hoje.

Devo dizer-lhe, Deputado João Leite, que sou um homem forte e temente a Deus. Meu querido filho Felipe, meu Chefe de Gabinete Fabiany e minha família, que me acompanha neste momento, sabem da minha vida e da minha dedicação como homem público e como chefe de família. Externo, mais uma vez, a alegria de ouvir tantos pronunciamentos. Farei questão de guardar as notas taquigráficas desta reunião, a fim de que elas façam parte da minha vida como homem público, ou seja, da vida que construí neste Parlamento. As muitas declarações aqui feitas fizeram-me muito bem.

Agradeço também ao Presidente Doutor Viana, que, no primeiro momento, autorizou a Polícia Federal a fazer a busca em meu gabinete. O Deputado Doutor Viana, ciente da minha disposição, em nome do Parlamento mineiro, consentiu, por telefone, já que não se encontrava nesta Casa, com a realização da operação. Agradeço ainda ao Diretor-Geral, ao Secretário da Mesa, ao Dr. Maurício, que esteve comigo no gabinete acompanhando o desenrolar da operação, ao Lúcio, da Assessoria de Imprensa, enfim, a todos os assessores, amigos e servidores desta Casa. Agradeço, por fim, a todos os que têm dado um testemunho de solidariedade e de amizade, por intermédio dos meios de comunicação.

Quero homenagear todos os que estão caminhando comigo; quero devolver a todos o espírito de retidão, de caráter, presente na minha vida pública, conforme fiz questão de mostrar hoje aos agentes da polícia. Ficam aqui os meus agradecimentos ao Deputado Doutor Viana, que não estava presente, ao Eduardo, ao Zé Geraldo, ao Evamar, enfim, a todos os que, em nome da Mesa, fizeram questão de me acompanhar durante o fato ocorrido aqui, nesta manhã.

Caríssimos Deputados, saio desta tribuna sentindo-me muito mais confortado do que se estivesse saindo vitorioso de um julgamento, no Tribunal do Júri, pois vi, no coração de cada um de V. Exas., um sentimento maior extravasar. Nesta tarde, ouvi de V. Exas. a palavra sincera, amiga e franca. Tenho a certeza de que Deus, na sua infinita bondade e sabedoria, saberá dar à minha família e a mim esse conforto tão especial que V. Exas. acabam de me dar. Na verdade, não me sentia alvo de tantas homenagens nesta tarde, mas recebo-as e irei guardá-las, para que meus filhos conheçam minha trajetória neste Parlamento.

Deputado Fábio Avelar, Presidente desta reunião, agradeço-lhe a paciência. Boa-tarde. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Quero saudar a todos. Gostaria de deixar aqui nossa solidariedade ao Deputado Dalmo Ribeiro.

Gostaria de fazer uma retrospectiva, uma análise em relação a todo o nosso processo de luta pela redução da tarifa de energia em Minas Gerais. Consultarei as notas taquigráficas da Assembléia. Pedi a nossa assessoria que fizesse o levantamento de todos os nossos pronunciamentos. Há pronunciamento até do ano de 2004. Praticamente há mais de quatro anos, estamos com a campanha pela redução de energia em Minas Gerais. Há cerca de dois anos, intensificamos a nossa luta.

Estou aqui com os jornais em mãos. Ontem, no programa "Pelo Mundo Político", eu comentava com o apresentador do programa, jornalista Carlos Menezes, que também me disse que vemos tantas notícias negativas nos jornais e que é muito difícil ver uma notícia positiva. Naquele momento, ele lia a capa do jornal "Hoje em Dia", com a manchete "Conta de luz cai 17%". Temos aqui, também, na capa do jornal "O Tempo": "Conta de luz residencial terá redução de 17,11% em Minas Gerais". No jornal "Estado de Minas", temos "Conta de luz fica 17% mais barata" e "Nova tarifa da Cemig para consumidores residenciais vale a partir de hoje. Na média, a energia cai 12,24% com a revisão". O jornal "Super" diz: "A partir de hoje, consumidores pagarão até 17% menos pela energia fornecida pela Cemig". E "Conta de luz mais barata", segundo o jornal "Diário do Comércio".

Gostaria de fazer uma reflexão. No início do ano, vários jornais publicaram matérias de capa anunciando que a energia, em Minas Gerais, poderia subir em 2008. Questionei essa versão, porque afirmavam que a conta não só poderia ficar, como ficaria mais cara. Uma das alegações era a baixa do nível de água nos reservatórios, o que justificaria um racionamento, e a conta de luz aumentaria. Possuía estudos técnicos nas mãos, questionei essas afirmações de forma veemente, participei de vários debates nesta Casa, enviei "releases" e comunicados para toda a imprensa estadual e a nacional. De acordo com vários especialistas, não haveria problema de baixa nos reservatórios em 2008, tendo em vista que o período de previsão de chuva seria maior do que nos anos anteriores. Portanto isso não justificaria a versão dada pela imprensa. Questionei também a própria Rede Globo, pelas matérias veiculadas por ela e por outros meios de comunicação. Disseram que a conta de luz, inclusive a residencial, poderia subsidiar o sistema, e as pessoas pagariam mais em 2008.

Lembramos que 2008 é exatamente o ano da revisão tarifária, que ocorre de cinco em cinco anos. Na última revisão, em 2003, a conta aumentou, de forma injustificável, 31,53% para o consumidor residencial. Esse valor foi muito acima da inflação. O lucro das empresas foram sucessivos e exorbitantes de 2003 para cá. Apresentamos estudos demonstrando ser perfeitamente possível uma redução significativa no valor da conta de luz. O que aconteceu? Estou com cópia de alguns jornais que, no dia 30 de janeiro, divulgaram o índice de redução proposto pela Aneel como se este fosse definitivo. A Aneel indicou uma redução de 9,72%, e os jornais afirmaram que a conta ficaria mais barata 9,72%. A notícia foi capa de grandes jornais do Estado de Minas Gerais, sendo reproduzida pela imprensa do interior, rádios, jornais. Naquele momento, dizíamos que aquilo não era realidade, que se tratava apenas de um índice, que a tarifa poderia ser reduzida em menos de 9,72% ou até mais, dependendo de estudos técnicos e de pressão popular. Foi justamente isso o que aconteceu, porque, na época, a Cemig não admitia reduzir nem um centavo no valor da conta de luz em Minas Gerais. E os jornais afirmavam que haveria redução de 9,72%. Deixávamos bem claro que, se houvesse mobilização e pressão, certamente a conta de luz teria redução acima de 9,72%. Conseguimos provar, por meio de estudos

técnicos, vários erros na planilha de custos da Cemig - posso exemplificar alguns deles.

O próprio Ministério Público Estadual e a Associação de Grandes Consumidores de Energia apresentaram estudos mostrando a possibilidade de redução maior na conta de luz. Enquanto a Cemig pedia um adicional de R\$3.500.000,00 para publicações legais, editais e contratos, juntamos cópia do "Minas Gerais" que divulgava que o valor total com publicidade era quase 10 vezes menor. Isso está documentado.

Conseguimos provar que os recursos solicitados pela Cemig e colocados na planilha, em relação ao adicional de R\$3.500.000,00 para publicações legais, foram muito menores, ou seja, ela gastou 10 vezes menos. Nós provamos isso. Também provamos vários outros pontos, como no caso da Abrasf, que entregou documentação provando que a Cemig apresentou um número de consumidores maior que o realmente existente em Minas Gerais.

Vou dar um exemplo. Minas Gerais tem 6.400.000 consumidores, e a Cemig apresentou à Aneel um documento dizendo que Minas Gerais tem 6.900.000. Ela apresentou 500 mil consumidores a mais. Desculpem-me a palavra, mas isso, na linguagem popular, é "batom na cueca".

Mas não foi só isso. Vários outros pontos também ficaram comprovados, como o que diz respeito aos postes. Alegou-se que, de quatro em quatro anos, todos os postes da sua rua, do seu bairro, da sua cidade, da sua região e do seu Estado são trocados. Ficou comprovado que isso também não acontece. Então, grande parte das propostas que foram encaminhadas e apresentadas à Aneel - mais de 500, um número recorde de propostas, porque isso nunca aconteceu com nenhuma outra concessionária do País - foram acatadas por esta. Foi por isso que foi possível a redução da tarifa de energia elétrica em níveis superiores ao preliminar, que era de 9,72%.

A tarifa de energia elétrica caiu em 17,11% para as residências e para os pequenos comércios e indústrias. Mais importante que a questão técnica, que foi fundamental, foi a mobilização popular, o empenho das entidades e das associações. Tudo isso se deveu a todas as pessoas que contribuíram com abaixo-assinados e a todos os partidos políticos, a exemplo do PT e de sua Bancada na Assembléia.

Gostaria de parabenizar o nobre Deputado André Quintão, os Deputados Carlin Moura, Almir Paraca, Durval Ângelo, Elisa Costa, Roberto Carvalho e Cecília Ferramenta e todos os outros partidos desta Casa, que também contribuíram para isso na audiência pública acontecida em Belo Horizonte para a formação de um documento oficial de todos os Deputados desta Casa, de todos os partidos, concordando com a redução em torno de 15%. Tudo isso ajudou e contribuiu para o fortalecimento da pressão popular, que foi muito grande, dada a indignação da população de Minas Gerais em relação aos valores exorbitantes cobrados na tarifa de energia elétrica. Foi um clamor muito grande. Prova disso é que somaram mais de meio milhão as assinaturas que encaminhamos à Aneel na audiência pública.

Anteontem participamos de uma reunião em Brasília, que definiu a redução da tarifa, junto com uma caravana de mais de 100 pessoas, e ficamos de prontidão, de vigília, até o último momento, para saber a decisão dos Diretores da Aneel. Ficamos até o último momento pressionando, acompanhando e intervindo; por isso gostaria de parabenizar todas as pessoas que acompanharam o processo e que, de uma forma ou de outra, deram a sua contribuição.

Parabenizo a imprensa, que divulgou a realidade em relação à questão da tarifa de energia elétrica, mas também deixo a minha crítica a toda a imprensa de Minas Gerais. Temos o dever de fazer isso. Muitos parlamentares ficam cheios de dedos na hora de criticar e fazer suas análises em relação à imprensa, mas devemos fazer, sim, uma análise muito sincera, clara e objetiva quanto a isso, porque enfrentamos uma empresa poderosa, de cabeça erguida. Sei que podemos ser perseguidos, mas jamais abandonados, porque ninguém joga pedra em árvore que não dá fruto, mas, depois da onça morta, muitas pessoas querem subir em cima. Por isso quero criticar algumas análises feitas pela imprensa, que foram matéria de capa no dia 11/1/2008, intitulada: "Crise de energia: conta de luz pode subir". Essa foi a capa de vários jornais.

Depois vêm outras capas de jornais, afirmando que a conta de luz fica 9,72% mais barata em Minas Gerais. Em que o consumidor vai acreditar? Questionei todas as versões da grande imprensa e falei que não era dessa maneira, que seriam índices preliminares. A imprensa, inclusive, teria a responsabilidade de ajudar a fazer a campanha com a população, fazendo estudos técnicos, analisando a planilha. Não vi matérias publicadas - com raríssimas exceções - em relação aos estudos sobre a planilha de custos apresentada pela Cemig. A imprensa teria de fazer uma análise criteriosa, porque contribuiria. E deveria haver uma divulgação para que a população encaminhasse suas propostas, pois é um direito de todo cidadão, previsto em lei. Infelizmente, a grande imprensa não cumpriu o seu papel. A associação que defende os consumidores e faz parte do Conselho da Cemig, também não. É um absurdo, e deixamos nosso repúdio, com raríssimas exceções, inclusive a do Ministério Público, que apresentou as propostas. Mas, de forma geral, deixamos nossa crítica contra a omissão da associação dos consumidores, que faz parte do Conselho dos Consumidores da Cemig e não cumpriu seu papel de ficar do lado do consumidor. Até o vídeo apresentado na audiência pública no Cefet, na qual não compareceu o Presidente do Conselho da Cemig, tinha a logomarca institucional da Cemig. Como uma associação que defende os consumidores tem um vídeo que supostamente foi pago pela Cemig? Isso fragiliza as relações, ao invés de defender o consumidor.

Enfim, mais uma vez agradeço. Estamos comemorando muito. A tarifa de energia continuará cara - não temos ilusão -, pois ganhamos uma batalha, mas não ganhamos a guerra ainda. O ICMS em Minas Gerais é o mais caro do Brasil, chegando a 42%, cobrado na tarifa de energia. É o ICMS mais caro do Brasil. Temos um projeto tramitando, e peço o apoio dos Deputados para aprová-lo. Se o Governador quiser autoria, abro mão da minha autoria. Ele pode apresentar um projeto na Casa, e, de maneira nenhuma, quero ser o pai da criança. Ele pode ficar com a paternidade, pois queremos reduzir ainda mais o valor da energia em Minas Gerais. E vamos deixar anunciado que vamos continuar nossa luta pela redução do ICMS. O Deputado Federal Elismar Prado vai acompanhar toda a tramitação no bojo da reforma tributária, em Brasília. Vamos continuar com a luta pela redução da tarifa de energia.

Concluindo, não poderia deixar de prestar nossa solidariedade aos servidores aposentados, apostilados e comissionados do Ipsemg, que se sentiram prejudicados com a lei delegada em relação aos seus proventos. Recebemos uma correspondência.

Queria também dizer que vamos continuar firmes em relação às denúncias apresentadas e à situação de calamidade dos servidores técnicos administrativos da Polícia Civil. Alguns recebem provento básico de menos de R\$100,00. Não dá nem para acreditar que o provento básico de alguns servidores administrativos da Polícia Civil seja de R\$95,00.

Agradeço, mais uma vez, a V. Exa., peço desculpas por ter extrapolado o tempo e agradeço a todos que participaram da campanha pela redução da tarifa de energia elétrica. E vamos continuar lutando, com muito mais energia, pela redução do ICMS em Minas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero tratar neste momento de um assunto que vem ganhando espaço e atenção não só na mídia, mas também em segmentos sensíveis à causa da criança e do adolescente em Minas Gerais: a exploração de crianças e adolescentes no futebol, particularmente no futebol de rendimento, este que todos acompanhamos de maneira apaixonada em nosso país. O assunto tem ocupado espaço cada vez maior e mobilizado a própria imprensa - recentemente, foram veiculadas matérias especiais no "Estado de Minas", pelo jornalista Bernardino Furtado -, o Ministério Público do Trabalho, a Delegacia Regional do Trabalho, o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção à Criança e ao Adolescente e militantes da área social. Assim, quero dizer de imediato

que, na condição de Coordenador da Frente Parlamentar da Criança, da Assembléia, convoquei, a pedido desses movimentos, uma audiência pública, nas Comissões de Participação Popular e de Educação, para esta quinta-feira, às 14h30min, no auditório da Assembléia Legislativa.

Antecipando-me a essa audiência, até para sensibilizar os Deputados e Deputadas para que dela participem, gostaria de tratar, ainda que rapidamente, em função do tempo, das questões hoje colocadas. Desde que o futebol tornou-se o que é hoje, ou seja, uma fonte de renda e de movimentação econômica muito forte - não só na sociedade nacional, mas também na mundial -, cresce o interesse, a atração e a presença de agentes econômicos no chamado futebol de rendimento. É muito comum hoje, pela ação de empresários, agentes ou mesmo representantes de clubes, a atração, para a Capital particularmente, de jovens ou mesmo de crianças que se destacam no desenvolvimento da atividade do futebol. O que ocorre e começa a ser retratado pela imprensa e pelos órgãos fiscalizadores é que muitas vezes essas crianças e jovens são retirados de sua cidade de origem, de sua residência e de seu convívio familiar, trazidos para a Capital e Região Metropolitana e colocados em alojamentos inadequados, em uma situação jurídica omissa, já que a atual legislação do futebol - Lei Federal nº 9.615, de 1998, a chamada Lei Pelé - não estabelece a figura do representante legal para esse tipo de atividade em relação à criança e ao adolescente. Isso quer dizer que não há nenhum dispositivo que regulamente a relação entre o adolescente alojado, o desportista e o dirigente. Além disso, muitas vezes esse jovem não tem garantido o seu vínculo ao sistema educacional aberto. Ou seja, eles são praticamente internos, em uma situação jurídica de omissão, para efeito, muitas vezes, de um ganho financeiro posterior desses chamados agentes do futebol, de empresários.

Os empresários, aproveitando-se do desconhecimento da legislação por parte das famílias, muitas vezes pobres, que vêem, nesta oportunidade, uma chance de melhoria de rendimentos, trazem os meninos e os colocam em situações absolutamente inadequadas. Para além dessa situação, temos também várias pendências no tipo de vínculo trabalhista envolvido. Vejam bem: entre 16 e 18 anos, a lei já prevê - e deve ser assinado - o contrato profissional que garanta direitos previdenciários e trabalhistas e o próprio seguro de vida. Muitas vezes, os clubes não providenciam esse contrato profissional e, às vezes, eles mesmos são prejudicados com o abandono dos atletas, que são cooptados por outras agremiações. Antes de tudo, pensando no jovem que está exercendo uma atividade profissional no chamado futebol de rendimentos, ele tem o direito de ter um contrato profissional estabelecido.

Na idade entre 14 e 16 anos, prevalece - a legislação é clara - a condição de aprendiz, que exige, no mínimo, o auxílio financeiro de um salário mínimo. Essa condição de aprendiz não é considerada, nem o decreto e a legislação existentes. Há ainda uma situação mais complexa, que são as crianças e adolescentes com menos de 14 anos. A Lei Pelé não permite, não prevê ou desaconselha situações de hipercompetitividade e seletividade para as crianças nessa faixa etária. Orienta a chamada prática de desporto educacional. Mas, muitas vezes, crianças de 10, 11, 12 anos já são objeto de contratos de gaveta, de procurações, de documentos até sem amparo legal por parte de familiares, que, na ânsia de terem um rendimento maior para suas famílias e por desconhecimento, liberam-nas para estarem na Capital, em situação completamente em desacordo com a lei.

Foi formado um grupo de trabalho, em uma importante audiência na qual o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Estadual, a Delegacia Regional do Trabalho e militantes da área da criança participaram, com o objetivo de providenciar e sugerir mudanças na própria Lei Pelé e fazer um trabalho de conscientização da sociedade e dos clubes. A primeira questão: há que se resolver o atendimento e o acolhimento nos alojamentos, e tem de haver critérios de manutenção das crianças e jovens nesses alojamentos. Uma saída possível é exatamente equiparar, do ponto de vista legal, o alojamento ao abrigo. O Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação na área da criança, prevê a existência de abrigos, mas com condições adequadas de habitação, de privacidade, com um número mínimo por instalação. Além disso, no caso do abrigo, há um guardião. Algo similar poderia ser feito na agremiação esportiva: a presença de um dirigente que assumisse a responsabilidade de guardião da criança ou do adolescente.

Estamos aqui falando sobre crianças de 7, 8, 10, 12 anos, que vêm do interior, onde deixam sua família, e ficam nesses alojamentos na Capital. Alguém tem de responder por elas até do ponto de vista civil.

Quanto à carga máxima de treinamento, se se trata de uma atividade profissional - de 16 a 18 anos ou de 14 a 16 anos, como aprendiz - é preciso haver regras claras de carga de trabalho.

Matrícula na escola. Pelo senso comum, às vezes as pessoas pensam: "Ah! Isso é muito bom, pois o menino sai do Jequitinhonha, do Norte de Minas, para um grande time e, passado algum tempo, torna-se um Ronaldinho ou Ronaldo, o fenômeno". Quem acompanha o futebol sabe que isso é minoria e que 80% a 90% dos que integram o chamado futebol de rendimentos tem baixo rendimento. Muitas dessas crianças e desses jovens vêm para a Capital atrás desse sonho, rompem com o vínculo familiar e educacional e não têm assistência pedagógica nem psicológica. A maioria peneirada não vai para o Barcelona, nem para o Real Madrid, nem para a Seleção Brasileira, mas ficará rodando em times de pouco rendimento, totalmente desprofissionalizados, com baixa escolarização e ainda com frágeis vínculos familiares.

É importante que os direitos sejam respeitados, como o direito à convivência familiar. Os próprios clubes devem garantir o contato da criança com a sua família, com um mínimo de contato anual, proporcionado e bancado pelos clubes. Essas questões trabalhistas devem ser enfrentadas, aliás, na própria mudança da Lei Pelé.

Esta audiência pública será muito importante. Queremos ampliar esse debate e envolver os times, os clubes e a Federação Mineira de Futebol. Muitas vezes um trabalho bem executado pelos clubes pode significar maior rentabilidade econômica. Se estabelecemos uma relação trabalhista adequada desde o início, o clube protege o seu patrimônio profissional e respeita a cidadania e a dignidade do jovem, da criança e do adolescente. Temos de identificar aqueles agentes inescrupulosos, que se aproveitam da desinformação e da situação econômica frágil de crianças e jovens do interior, vendem o sonho dourado e depois as deixam em situação de desamparo na Capital. Essa é uma mercantilização inaceitável de um futuro atleta. Portanto queremos, promover um debate muito sério.

Gostaria de agradecer ao Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente de Minas Gerais - Fectipa -, que nos solicitou a realização desta audiência. Como coordenador da frente parlamentar, militante da área do esporte e apaixonado por futebol, queremos que o futebol seja o elemento da libertação, e não da alienação; do rendimento para os jovens e os profissionais, e não de exploração nem de enriquecimento de alguns inescrupulosos. Além disso, que os clubes cada vez mais se profissionalizem, em sua gestão, para que, do ponto de vista trabalhista, atendam bem o direito de muitos e protejam o seu próprio patrimônio.

Sr. Presidente, concluindo, gostaria de reiterar a importância de que o estímulo ao jovem para ingressar numa agremiação esportiva não esteja dissociado dos convívios familiar e comunitário do maior nível de escolarização possível, pois os atletas milionários são minoria. Portanto, todos aqueles esportistas que podem e devem exercer em plenitude seus dons e vocações devem também ser preparados para o pós-futebol profissional. Essa preparação educativa, familiar, preocupa-nos muito.

A Agape, por meio do Deputado João Leite, foi convidada para essa audiência, a fim de dar também seu testemunho. Terminei convidando todos os Deputados e Deputadas para participarem dela, pois trata-se de uma questão que tende a ganhar espaço cada vez maior, porque a mercantilização no futebol e no esporte em geral é uma tendência. Que essa presença econômica no futebol gere e distribua renda, e não simplesmente favoreça agentes inescrupulosos, que, em nome da boa-fé e da fragilidade econômica, exploram crianças e adolescentes. Que os nossos clubes dêem um exemplo de profissionalismo na gestão e de respeito aos seus profissionais. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente e telespectadores da TV Assembléia, estamos passando por um momento positivo na economia brasileira. Os últimos levantamentos da atuação do governo federal são muito positivos, estando em curso um grande programa de investimento no País, o PAC. Temos algumas informações importantes a respeito do PAC. São 2.126 ações monitoradas com 62% de obras, 23% de licitações e 15% de projetos ou licenciamentos; 98% têm andamento satisfatório e, em valores, 98% também têm andamento satisfatório. Em 2007, foram destinados R\$16.500.000.000,00 do Orçamento Geral da União para investimentos do PAC, sendo 97% já empenhados. Os pagamentos realizados ao longo de 2007 totalizaram R\$7.300.000.000,00. De acordo com o Tribunal de Contas da União, 82% dos empreendimentos monitorados já foram liberados - 32 de um total de 44. O PAC tem uma previsão de investimento de 2007 a 2010 de R\$503.000.000.000,00, sendo: R\$33.000.000.000,00 para rodovias; R\$7.900.000.000,00 para ferrovias, R\$2.700.000.000,00 para portos; R\$3.000.000.000,00 para aeroportos; R\$700.000.000,00 para hidrovias; R\$10.000.000.000,00 para marinha mercante; R\$65.000.000.000,00 para geração de energia; R\$12.500.000.000,00 para transmissão de energia; R\$179.000.000.000,00 para petróleo e gás; R\$17.000.000.000,00 para combustíveis renováveis.

Para o eixo social e urbano, R\$8.700.000.000,00 para o programa Luz para Todos; R\$40.000.000.000,00 para saneamento; R\$106.000.000.000,00 para habitação; R\$12.700.000.000,00 para recursos hídricos; R\$3.100.000,00 para metrô.

Os indicadores econômicos do Brasil mostram que o País vive um momento muito salutar. A estimativa do PIB para 2007 é de R\$2.500.000.000.000,00 - 5,2% à frente de 2006. O PIB brasileiro cresce há 23 semestres consecutivos. O emprego aumentou, com 10.300.000 de ocupações criadas; somente considerando até janeiro de 2008, a inflação está controlada com 4,56% nos últimos 12 meses.

O consumo no País cresce há 16 trimestres consecutivos. Os investimentos crescem há 15 trimestres consecutivos, sendo da ordem de US\$34.600.000.000,00 os investimentos diretos estrangeiros, apenas em 2007. A balança comercial vai bem: é o maior valor histórico da balança comercial brasileira, com US\$165.000.000.000,00 em exportações, com um crescimento de 17,6%, e US\$129.000.000.000,00 em importações, com crescimento de 36,5%, dando um saldo comercial de US\$36.000.000.000,00. As reservas internacionais beiram hoje a faixa dos US\$200.000.000.000,00; pela primeira vez o Brasil é credor externo, já que as reservas internacionais superam a dívida externa. O superávit primário é de 4,15% do PIB acumulado em 12 meses. Quanto ao produto industrial, em janeiro de 2008 a produção industrial cresceu 1,8% em comparação ao mês anterior, alcançando o segundo maior nível da série histórica. Também tivemos recorde histórico na produção e venda de veículos. No comércio varejista, o volume de vendas cresceu 9,9% em 2007, sendo o melhor resultado desde 2001. Na agricultura, também alcançamos recorde histórico estimado em 132.000.000t de grãos para 2007. O crédito mais que dobrou no governo Lula, com R\$944.000.000.000,00, ou seja, 34,8% do PIB em janeiro de 2008.

Estou relatando esse números para chamar a atenção do povo brasileiro e mineiro, dos colegas Deputados e Deputadas desta Casa e da imprensa presente para o fato de que o nosso país está sob a grave ameaça daqueles que querem interromper o seu crescimento: estão articulando nos bastidores da República uma tragédia para o Brasil, que é a volta do crescimento da taxa de juros. Isso nos preocupa muito, porque, se a taxa de juros no Brasil voltar a crescer, nosso ritmo de crescimento econômico estará ameaçado. É por isso que nós, do PCdoB, extremamente preocupados com este momento, estamos na campanha "Aumento da Taxa de Juros, não!". Assim, quero ler um texto que resume a preocupação que nos acomete neste momento. (- Lê:)

"Banco Central", que tem autonomia em nosso sistema, "chantageia com inflação para aumentar juros. Nos dias 15 e 16 próximos, o Comitê de Política Monetária, o Copom, do Banco Central - BC -, se reunirá para decidir sobre a taxa básica de juros, a Selic. Ao contrário do que ocorreu nos últimos seis meses, quando o Copom a manteve estável em 11,25%, dessa feita está determinado a aumentá-la em pelo menos 0,25%. Para que isso ocorra, os banqueiros já fizeram soar suas trombetas e uma legião de articulistas difunde postulados e dados para justificá-lo.

Na última semana de março, o BC divulgou o seu trimestral 'Relatório de inflação' no qual vê riscos para um aumento dos preços. Nele, sustenta que o consumo das famílias já está além da capacidade de produção da economia, o que poderá impulsionar a inflação. Outro referencial do BC para respaldar seu intento é o conteúdo do seu Boletim Focus, do dia 31. Na pesquisa que fez junto ao mercado, os banqueiros expressaram a expectativa de que a Selic fechará 2008 em 12%. Além disso, é claro, alardeiam-se os efeitos danosos da crise estadunidense.

A questão é apresentada sob o rigor de um dualismo medieval: ou se aumenta o juro, ou o País arderá nas labaredas da inflação.

Essa chantagem é velha, mas tem força em virtude da memória social e popular dos danos corrosivos da inflação, chamada, com razão, pelo Presidente Lula de 'desgraçada'.

Em face dessa possibilidade de aumento dos juros, acirrou-se o conflito entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central. A Fazenda, tendo à frente o Ministro Guido Mantega, polariza o setor desenvolvimentista do governo e busca demonstrar ao Presidente Lula os prejuízos e os equívocos dessa elevação da Selic. Henrique Meirelles, com a cobertura da maioria da mídia e dos banqueiros, proclama que o aumento é uma espécie de necessidade vital. Nesse debate, economistas de correntes políticas distintas, como Luiz Gonzaga Belluzzo e Delfim Netto, entre outros, combatem a posição do Banco Central estando à frente Henrique Meirelles.

Os argumentos do Banco Central, disseminados como verdades absolutas, são frágeis, se não falsos. Não é verdadeiro que há uma desproporção entre consumo da sociedade e a capacidade de produção da economia. Dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp - e da Confederação Nacional das Indústrias - CNI - demonstram que houve uma queda no grau de utilização da capacidade instalada. De janeiro para fevereiro deste ano, o índice caiu de 83,1% para 82,9%.

Quanto às expectativas dos banqueiros de alta da taxa de juros, o economista Delfim Netto ironizou dizendo que seria pueril esperar que o sistema bancário aumentasse suas expectativas de juros por se preocupar com oscilações da inflação de 4,5% para 4,6%. "Eles estão interessados porque, aumentando os juros, seu lucro aumenta proporcionalmente, e o Tesouro é que vai pagar isso. Esse é que é o ponto" - palavras do economista Delfim Netto.

A estimativa apontada para a inflação é de 4,6%, enquanto a meta fixada é de 4,5%, uma diferença irrisória. A Fazenda pede temperança ao Banco Central e pondera que volte a examinar o problema em junho; e o Banco Central faz, literalmente, ouvidos de mercador. Tampouco o Banco Central se importa com as conseqüências de um eventual aumento da Selic. Resumidamente, assim, acentuará a diferença entre juro externo e juro interno, que, por sua vez, atrairá mais dólares, o que provocará a valorização do real. Maior sobrevalorização do câmbio estimulará as importações e prejudicará ainda mais as exportações. Tal ciranda prejudicará o balanço de pagamentos do País. O Banco Central já calcula, para 2008, um déficit em transações correntes de US\$12.000.000.000,00. Esse rombo, se os juros aumentarem, poderá expandir-se reconduzindo o Brasil à vulnerabilidade externa. Por outro lado, haveria um aumento da dívida pública, porque parte considerada dela é indexada à Selic. O Banco Central, ao defender o aumento dos juros, revela sua total dependência dos banqueiros e desnuda sua política deliberada de transferir a riqueza produzida pela Nação para alimentar os ganhos fabulosos do capital especulativo.

Não há motivos para o governo Lula se submeter a essa chantagem que prevê ou juros astronômicos ou escalada inflacionária. Ninguém do campo político progressista que sustenta o governo quer o retorno da "desgraçada da inflação" nem estancar o crescimento econômico que

deslançou e a distribuição de renda que começou. O dualismo de Meirelles é, na verdade, uma armadilha para aprisionar o governo. Além dos interesses de megalucro dos banqueiros, associados a isso, o aumento dos juros teria conseqüências políticas porque poderia levar o País ao desmantelo por volta de 2010 - tudo o que deseja a direita neoliberal para tentar reaver o governo da República.

Finalmente, assim como se diz que a paz é um assunto sério demais para ser decidido por Generais, essa questão é séria demais para ficar nas mãos desse Banco Central dependente dos banqueiros.

As forças políticas progressistas que sustentam o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, assim como os movimentos e as entidades que representam o povo e os trabalhadores, não podem assistir, de camarote, a esse confronto. É preciso que tomem a palavra e se manifestem contra o aumento dos juros e a favor do desenvolvimento acelerado com distribuição de renda.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Obrigado, Deputado Carlin Moura. No início do seu pronunciamento, V. Exa. fazia um relato sobre o aumento de produção no Brasil. Queria acrescentar uma observação que me parece interessante e importante referente à Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé -, que, nas últimas semanas, noticiou que chegou a uma quantia extremamente expressiva de mais de R\$1.000.000.000,00 em venda de café no exterior. Digo isso para acrescentar ao que V. Exa. está dizendo. Como está a produção no campo? Como está desenvolvendo-se a produção de café no Brasil?

Apesar dos problemas pelos quais os cafeicultores vêm passando hoje - que, aliás, são graves, porque o preço está baixo em razão do dólar -, a produtividade é alta e melhorou muito. A cooperativa de Guaxupé é a maior do mundo e é exemplo de uma instituição muito bem-administrada, com enorme credibilidade e respeito por seus cooperados e funcionários. Portanto chegou a um patamar elevadíssimo no momento de dificuldade que estamos vivendo.

Quanto aos juros, caro Deputado Carlin Moura, V. Exa. expõe uma espécie de contradição do governo Lula. É uma situação complexa e talvez difícil de entender. Já não se justificam esses juros tão elevados que estamos vendo hoje, como no governo Fernando Henrique Cardoso - aliás, naquela época os juros ficavam lá em cima, mas não com o valor que têm no governo Lula, que os elevou mais e está demorando muito para baixá-los.

Os países têm enfrentado crise aqui e ali, como os EUA e tudo o mais. O Brasil está conseguindo, graças talvez a uma política econômica austera, digamos assim, ficar livre desses problemas e da crise que está se abatendo em alguns países.

V. Exa. tem razão. Realmente os juros deveriam ficar mais baixos. Apesar dos problemas que vivemos constantemente, estamos num momento favorável da economia brasileira, de possível crescimento, maior até do que se esperava. O crescimento que seria de aproximadamente 4% ou 4,5% hoje se projeta num aumento de quase 5% do PIB ao ano. Isso é muito expressivo; todavia parece que as autoridades econômicas do governo têm medo do crescimento, ou seja, não querem deixar o País crescer. Além disso, neste momento em que estamos com a possibilidade real de crescimento maior, vem a ameaça dos juros - aliás, não será nem ameaça, mas simplesmente a realidade.

Hoje o ex-Ministro e ex-Deputado Federal Delfim Neto é assessor econômico do governo Lula. Se está dizendo que os juros podem subir, poderia levar essa sua posição ao Presidente da República, a fim de que sejam mantidos num patamar mais baixo. Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço ao Deputado Carlos Mosconi o aparte. Sem dúvida nenhuma, Deputado Carlos Mosconi, essa é uma batalha cívica do desenvolvimento com crescimento econômico contra a especulação financeira. O aumento da taxa de juros para o Brasil é ruim para todos, para a cooperativa de café, para o empresário da Fiat, para a dona de casa, que compra o pãozinho na padaria. Portanto vamos barrar, sem dúvida nenhuma, com a mobilização cívica, a intenção do Banco Central de aumentar as taxas de juros.

Desculpe-me, Sr. Presidente, de extrapolar o meu tempo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de cumprimentar os Deputados e as Deputadas e de ressaltar três assuntos. Primeiramente, estivemos reunidos com uma comissão de servidores administrativos da Polícia Civil em nosso gabinete. Na segunda-feira, haverá uma audiência pública na Assembléia. Deputado Rêmolo Aloise, sabe quanto alguns servidores administrativos chegam a receber de provento básico? Exatamente R\$95,00. Repito: recebem R\$95,00 de provento básico para servidores que prestam serviços nas mais diversas áreas - aliás, alguns em desvio de função - para a Polícia Civil há mais de 30 anos. Isso chega a ser inacreditável e ocorre aqui mesmo. No Estado de Minas, onde temos um orçamento de R\$35.000.000.000,00, há servidores recebendo R\$95,00 de provento básico. Estou aqui com uma pilha de contracheques.

Outro assunto que gostaria de trazer, mais uma vez, é a questão da energia elétrica. No dia 7 de abril, estivemos na Aneel e acompanhamos a reunião que definiu a redução da tarifa em Minas Gerais. Esse foi um dia histórico, pois, em 56 anos da Cemig, essa é a primeira vez que a conta de energia elétrica foi reduzida. Isso nunca havia acontecido antes. Muitos duvidaram disso. Houve uma redução de 17,11% da tarifa de energia elétrica da Cemig, que nos últimos 10 anos aumentou 469%, e isso é muito, muito acima da inflação.

O terceiro assunto que gostaria de tratar é em relação aos servidores apostilados aposentados do Ipsemg, que ficaram muito prejudicados com a lei delegada. Os servidores questionaram o porquê de lei delegada. Às vezes penso que é melhor até fechar esta Casa. Qual é o papel dos parlamentares? Queria chamar todos os Deputados para uma reflexão sobre as leis delegadas. O PT e o PCdoB votaram radicalmente contra a lei delegada aprovada nesta Casa, e estão aí as sérias conseqüências, prejudicando uma categoria muito importante dos servidores do Ipsemg, que praticamente está com os seus salários congelados. Contribuíram, trabalharam, ajudaram a desenvolver o Estado e, no momento de terem a contrapartida, os seus direitos, pois contribuíram para o Estado, infelizmente tiveram seus proventos congelados, havendo grande discrepância em relação a quem está na ativa. Então, toda a nossa solidariedade aos servidores do Ipsemg prejudicados com a aplicação da Lei Delegada nº 175, de janeiro de 2007. Eles foram nivelados para baixo, tendo sido o Ipsemg o único órgão do Estado discriminado. Toda a nossa solidariedade, nosso empenho e nossa luta em defesa dos servidores apostilados comissionados do Ipsemg.

Outro ponto que gostaria de tratar está relacionado a nossa participação em mais uma reunião na Aneel. Acompanhamos todo o processo, do início até o fim, com o mandato do Deputado Federal Elismar Prado. Salvo melhor juízo, fizemos mais de quatro visitas à Aneel. Tivemos a oportunidade de participar de um momento histórico, de uma audiência pública no Cefet, em Belo Horizonte. Havia centenas e centenas de pessoas, e isso nunca aconteceu. Sabem quantos consumidores ou representantes dos consumidores compareceram na audiência pública da revisão anterior da tarifa de energia elétrica, em 2003? Nenhum. Não havia nenhum representante dos consumidores na audiência pública realizada em Belo Horizonte há cinco anos. A legislação obriga que essa revisão tarifária seja feita de cinco em cinco anos. Sabem quantas propostas foram apresentadas nessa revisão tarifária? Apenas sete propostas. Sabem quanto a conta de luz subiu para as residências há cinco anos? A conta de luz subiu 31,53%. Sabem quantos representantes dos consumidores residenciais compareceram à audiência pública? Mais de 500 consumidores. Sabem quantas propostas foram recebidas? Mais de 500 propostas. A Aneel não conseguiu nem sistematizar todas as propostas enviadas àquele órgão.

Mais de 500 pessoas participaram da audiência pública, e 100 pessoas fizeram uso da palavra. Junto com os sindicatos, as entidades e o Ministério Público, também apresentamos estudos técnicos. Algumas empresas apresentaram contribuições. Só o Deputado Federal Elismar Prado e eu apresentamos 16 contribuições técnicas, para provar que havia falhas na planilha apresentada pela Cemig, e conseguimos provar. Havia muitas falhas. Conseguimos demonstrar e comprovar várias falhas, o que, com certeza, contribuiu para que a Aneel chegasse ao índice de redução de 17,11%. Felizmente, essa redução terá grande alcance social. Serão cerca de R\$600.000.000,00 que os consumidores do Estado de Minas Gerais economizarão. É muito dinheiro! É mais de meio bilhão de reais por ano. Repito: serão R\$600.000.000,00 economizados pela população mineira com a tarifa de energia elétrica apenas durante o ano. Se houver essa economia durante os quatro anos, durante o governo, será ainda mais.

Logicamente, no ano que vem, teremos de analisar os processos. Continuaremos essa mobilização e acompanharemos, do ponto de vista técnico, esse processo. Aliás, a princípio, estivemos na Aneel e criticamos o processo da Cemig que foi colocado no "site". Essa informação era para inglês, para grego ver, porque era tão técnica que as pessoas mais qualificadas na área tinham dificuldade de entendê-la: "delta X comparado com delta Y, comparado com aquilo". Era um absurdo! Cobramos da Aneel o direito de as pessoas terem acesso às informações, o direito da publicidade, para que os dados fossem disponibilizados de forma clara e objetiva. Só assim o cidadão teria o direito de acesso à informação e poderia apresentar suas justificativas.

Exemplificando, a Cemig alegou que queria um determinado valor. Só por meio de publicações no diário oficial, conseguimos comprovar que a Cemig havia gasto 10 vezes menos o valor alegado. Estava na planilha de custo um determinado valor, que foi jogado para que a população o subsidiasse. Ele foi jogado no valor da nova tarifa. Conseguimos provar que a Cemig não havia gasto esse valor, foram 10 vezes menos. Como conseguimos fazer isso? Tudo tem de ser publicado no diário oficial, então pegamos o jornal e o acompanhamos dia a dia, para comprovar que a Cemig havia gasto 10 vezes menos.

Também o Ministério Público apresentou estudos de que a conta de luz poderia ser reduzida acima de 15%. A Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia Elétrica - Abrace - demonstrou que a Cemig apresentou à Aneel 500 mil contas a mais. Em Minas Gerais, a redução vai beneficiar 6.400.000 consumidores e mais de 700 Municípios. A Cemig apresentou à Aneel que Minas Gerais teria mais de 6.900.000 consumidores. Portanto jogou na planilha 500 mil consumidores a mais. Isso não existe. Aliás, essa foi uma denúncia apresentada pela Abrace e foi comprovada.

Outra questão se refere aos postes. Pela planilha apresentada, em quatro anos a Cemig trocaria todos os postes, não só da porta da sua casa, do seu quarteirão, do seu bairro, da sua região mas de todo o Estado. Duvido. Queremos a comprovação. Essa proposta também foi apresentada à Aneel. Portanto tudo isso contribuiu para a decisão.

Quanto à perda de energia, a Cemig solicitou 12%. Quer dizer, 12% é perda de energia que ocorre de várias formas, com o gás e com a transmissão. Duvidamos desse valor, pois é muito alto, e não há como comprová-lo.

Então fizemos um estudo técnico realmente magnífico. Parabênzimo, mais uma vez, todas as pessoas que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a campanha pela redução da tarifa de energia em Minas Gerais, e, de forma muito especial, o empenho do Deputado Federal Elismar Prado e de todos os que assinaram o abaixo-assinado - foi mais de meio milhão de assinaturas.

Gostaria de dizer que a nossa luta continua e vai continuar, com muita força e com muito empenho, em relação ao ICMS, que é um problema seriíssimo. Não dá para justificar que o ICMS, no Estado de Minas Gerais, para a tarifa de energia elétrica, seja 42%. É muito, não canso de repetir. Temos até uma herança histórica: se olharmos um pouco a história de nosso Estado, Tiradentes foi esartejado por um quinto, cobrado pela Coroa. Ele foi enforcado por 20% de tributos que eram cobrados. Hoje, só de ICMS, não são 20%: para as residências com consumo acima de 90kW, o ICMS chega a 42%. Com todos os tributos e encargos, chega-se a 60% na tarifa de energia elétrica. Praticamente, três vezes mais que um dos fatores que levaram Tiradentes a ser esartejado e morto. Isso é só para demonstrar que infelizmente temos uma herança histórica.

A população de Minas Gerais está gritando. O IPVA no Estado é muito mais alto que o IPVA cobrado em outros Estados. Em Goiás, veículos com 10 anos têm o direito à isenção; no Estado de Minas Gerais, infelizmente não o têm. Aqui temos a taxa de licenciamento, que outros Estados não têm. O ICMS do álcool para o consumidor aqui, na bomba, é 25%; em São Paulo, é 12%; em Goiás, é 15%. Por isso o Orçamento do Estado subiu. Em 2003, eram R\$17.000.000.000,00; neste ano, passou para R\$35.000.000.000,00. Praticamente dobrou. Aí faço aquela velha pergunta: "dobrou a qualidade do serviço prestado para a comunidade? Dobraram as vagas na Uemg? Dobrou o salário dos policiais do Estado de Minas Gerais? Dobrou o salário dos professores do Estado? Dobrou a qualidade da educação?". Infelizmente, isso não aconteceu. Aliás, o jornal "Correio de Uberlândia" publicou uma matéria sobre o sério problema de falta de livros didáticos no ensino médio.

Então há uma série de problemas que vêm pipocando há muito tempo. São problemas de transporte escolar para os alunos do ensino médio da zona rural, o que já é responsabilidade do Estado. Há uma série de problemas aparecendo. Tive acesso a estudos que mostram quanto os Municípios, a cada dia que passa, estão mais penalizados. Se não garantirem a sustentação até das forças de segurança, praticamente tudo pára. Os Municípios têm de garantir a segurança, a gasolina, a manutenção do veículo. Cedem funcionários para o Cartório Eleitoral, para a Justiça, para o posto de saúde, para a escola, e não dão conta. Cerca de 10% de tudo o que os Municípios gastam são atribuições do Estado ou da União.

Enfim, Sr. Presidente, está terminando o meu tempo. Queria dizer que ficamos muito felizes por ter participado da campanha pela redução da tarifa de energia elétrica, que é manchete em todos os jornais: "Conta residencial terá redução de 17% em Minas Gerais"; "Conta de luz fica 17% mais barata"; "Conta de luz cai 17%"; "A partir de hoje, consumidores mineiros vão pagar até 17% menos pela energia fornecida pela Cemig"; "Conta de luz mais barata".

Parabéns. Vamos continuar na luta. Já dissemos que seguiremos firmes e abraçaremos uma nova bandeira em relação ao seguro obrigatório dos veículos, para as motos, que subiu de forma arbitrária, de forma absurda, nos últimos anos. Vamos fazer uma devassa em relação ao DPVAT, à Fenaseg. Discutiremos também a tarifa de água da Copasa. A água é um bem essencial e não pode ser tratada, de maneira nenhuma, como mercadoria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, há cerca de seis meses este Deputado requereu aqui informações da contabilidade do fundo de compensação criado por esta Casa para beneficiar os cartórios de cidades pequenas e alguns de cidades maiores que são deficitários em virtude da gratuidade de alguns serviços oferecidos à população por obra e graça do Estado. Acho correto, aliás temos que ampliar esse serviço de benefícios, porque hoje só são beneficiados, com a gratuidade o registro civil e algumas outras atividades de menor alcance, como atestado de óbito e outros mais. Temos de estender isso ao registro de imóveis porque hoje, em todas as cidades, mesmo nas mais ricas da nossa Região Metropolitana, como Betim e Contagem, existem pessoas que adquiriram seus imóveis e não têm dinheiro para passar a escritura e fazer o registro. Acredito que nas cidades de todos os Deputados existe esse problema, por isso temos que avançar nessa conquista que conseguimos, de dar gratuidade às pessoas carentes.

O fato de uma pessoa ter um imóvel não quer dizer que seja abastada. Criamos o fundo nesta Casa, como aqui tudo se cria para dar vantagens a alguém. Lembro-me de uma frase do Deputado Jorge Ferraz: "Abre seu olho, porque, quando se estiver votando alguma coisa em qualquer Legislativo, alguém estará ganhando e alguém estará perdendo". E, obviamente, vemos que muitas pessoas estão ganhando.

Vou dar ciência de alguns números para que V. Exas. tenham idéia do que está acontecendo com o Sindicato dos Cartórios de Registro Civil de Minas Gerais - Recivil. Temos aqui um demonstrativo do mês de fevereiro. Saldo dos recursos de compensação do mês anterior, que não vem ao caso. Receitas referentes aos depósitos identificados no mês, 5,66%, que é o que a lei determina que seja distribuído entre os cartórios de menor arrecadação. Receitas referentes aos depósitos identificados do mês, 5,66%, período de 1º/2/2008 a 29/2/2008: R\$2.390.196,47. O valor gasto com a restituição da gratuidade dos cartórios no interior: R\$1.302.575,14. Aqui aparecem: complementações de receitas brutas mínimas no mês, R\$192.223,42. Também a compensação de alguns cartórios que, mesmo com o ressarcimento, não atingiram a receita mínima. Pendências da comissão. Essa é a comissão gestora desse fundo: R\$31.885,94.

A Assembléia determinou que desse fundo poderiam ser gastos até 10% com despesas operacionais dele.

Vamos exagerar bastante. Imaginem 10 pessoas operando computadores, fazendo a receita integrada dos cartórios em Minas Gerais e redistribuindo esse dinheiro, por meio dos bancos. Seriam necessários e úteis para fazer isso, mas não custaria mais de R\$10.000,00, talvez um pouco mais.

As despesas operacionais do "fundinho", Deputado Rêmoló, são da ordem de R\$239.019,65. Estamos falando em relação ao mês de fevereiro.

Numa outra prestação de contas, num rápido correr de olhos, há aqui um acréscimo de débito do mês de janeiro de 2008. Além das despesas operacionais, que, relativamente ao mês de janeiro, somaram, de receita, R\$2.500.359,55 - as despesas operacionais gastaram exatamente 10%, ou seja, R\$250.035,96 -, há aqui, obviamente deduzindo do bolo, pendências da comissão administrativa, obviamente, no valor de R\$220.351,27. Olha, nesse mês de janeiro, com essas pendências da comissão, passaram a quase 10% dos valores arrecadados dos cartórios.

Línguas compridas demais dizem que esse "fundinho" já serviu para bancar campanhas, para bancar mordomias e acertos em outros lugares.

Sr. Presidente, há seis meses pedimos a prestação de contas desse fundo, o balancete analítico do fundo. Isso é dinheiro público. Não estou pedindo dinheiro da contabilidade do sindicato, mas sim o que esta Casa entregou, de mão beijada, à máfia dos cartórios, perdão, ao sindicato dos cartórios, para distribuir entre os pobrezinhos. Do valor que distribuem aos pobrezinhos, fica quase 30% aqui todo mês para ser distribuído ao pessoal, ou ser distribuído, ou se fazer o quê?

Agora, por que faz seis meses que pedimos essa prestação de contas a esta Casa, as pessoas mais bem-informadas nesta Casa tentaram convencer este Deputado de que não havia jeito de se pedir isso, pois não se tratava de dinheiro público nem de um órgão público?

Ontem tivemos a prisão de 51 pessoas envolvidas na Operação Pasárgada. Vamos fazer uma suposição. É apenas uma hipótese. Não há nada que ver com a triste realidade deste país. Suponhamos que estejamos votando um projeto relativo ao ICMS. A ele apresentam-se várias emendas. Digamos que um Deputado receba R\$300.000,00 para apresentar uma emenda para beneficiar determinado grupo econômico e coisa e tal. Amanhã, o povo descobre que esse Deputado recebeu os R\$300.000,00. Digamos que eu estivesse aqui de gaiato e tivesse votado o referido projeto porque se tratava de tantas coisas que atendiam à população. Então, serei formador de quadrilha? Participo da quadrilha? Ou foi só quem recebeu a propina?

No caso da prisão de ontem, foram presas 51 pessoas, entre elas 14 ou 16 Prefeitos, e há mais ainda a serem presos. Se se prender quem está envolvido com esse esquema de INSS, meu Deus do céu, haja cadeia para colocar esse povo!

Agora, o cidadão procura um Prefeito com uma ação. Trata-se de uma ação federal, ganha, do nosso Judiciário "célere", "honrado na totalidade", "não há esquema dentro dele". Então, o Prefeito contrata aquele advogado, ingressa na Justiça, ganha a ação na própria Justiça.

Não importa se o Juiz é - ou não - bandido. O cidadão confia na Justiça. Eu, por exemplo, de vez em quando desço o cacete no Judiciário, onde tenho quase 500 ações, das quais 400 são contra a Cemig, entre outras empresas. Se não der certo, se não acontecer o que penso de acordo com o que a lei prevê, pelo menos algo ficará provado. Assim sendo, futuramente terei vários documentos em mão que mostrarão quais são os pesos e as medidas. E, na verdade, são vários. De cerca de 350 ações contra a Cemig que se referem à iluminação pública - quanto a isso, são extorquidos das Prefeituras mais de 5%, ou, em alguns casos, até mais de 10%, de recursos para engordar os caixas de acionistas -, não tivemos problema com pelo menos 345. Ou seja, houve provimento da ação, houve entendimento quanto ao que estou pedindo que seja ressarcido às Prefeituras.

O gaiato do Juiz bandido de Ribeirão das Neves chegou a me condenar alegando litigância de má-fé, Deputado Ademir Lucas. Sempre que subo a esta tribuna para tratar da Justiça, chamo-o de bandido, porque é o que ele é. O irmão dele era traficante; as más línguas dizem que ele guarda em sua casa, na Pampulha, a droga para o irmão traficar. Não sei se isso é verdade, compete à Polícia Federal, bem como à Polícia de nosso Estado, que tem demonstrado grande competência na apreensão de drogas, conforme temos testemunhado, apurar a veracidade disso. Eu não sabia que havia tanta droga em Minas Gerais.

O cidadão recorre à Justiça e depois é preso como participante da quadrilha. Deputado Rêmoló Aloise, daqui para a frente, teremos de avaliar muito bem o que será votado aqui. Se alguém receber propina para incluir uma emenda em qualquer projeto, amanhã poderão dizer que V. Exa. também está participando disso, o que é lastimável.

Passarei cópia do requerimento do Recivil, dessa caixinha dourada que a Assembléia entregou à meia dúzia, já que fez uma lei para beneficiar os cartórios que têm receita menor. Sabemos que isso poderia ser facilmente feito pela Secretaria de Fazenda, sem nenhum custo para ninguém. No entanto, não é essa a realidade! Todo mês, R\$250.000,00 vão para uma caixinha, e todo o mundo é honrado, sério. Que país é este? Uma caixinha de R\$250.000,00 limpinhos, todo mês, para distribuir o que pode ser feito. Hoje um programa de computador faz isso, sem precisar de nenhum gaiato para olhar; no entanto, eles têm o descaramento de colocar isso num "site" da Secretaria de Fazenda, que, por sua vez, participa disso. Ela poderia ser benevolente, como o é com os donos de cartórios, por exemplo, mas, na verdade, desconta do infeliz do aposentado, e não cobra nenhum centavo por arrecadar dinheiro do cidadão para pagar a bancos, para beneficiar os amiguinhos. Essa Secretaria de Fazenda é tão boazinha!

Sr. Presidente, apresentaremos um projeto de lei, de acordo com o qual essa compensação permanecerá, mas deverá ser feita pela Secretaria de Fazenda, porque não estou aqui para encher a caixinha de nenhum corrupto. Quero uma explicação a respeito disto aqui, sob pena de, amanhã, responsabilizar esta Casa por pacto com a corrupção. Como uma Casa Legislativa, como sede de um Poder, esta Casa já não se dá ao respeito. Não podemos admitir que se beneficiem camarilhas, como está acontecendo com a camarilha dos cartórios em Minas Gerais. Em Belo Horizonte, há cartórios que faturam de R\$5.000.000,00 a R\$10.000.000,00 por mês, e essa situação é mantida a troco de propina. Sr. Presidente, isso é lastimável! Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem passamos aqui uma tarde solidarizando-nos com um Deputado em cujo gabinete trabalhava um auxiliar que possivelmente teria orientado Prefeitos a buscar um determinado escritório que tinha possibilidade de ganhar determinadas ações em determinada vara da Justiça Federal.

Eu iniciaria o meu pronunciamento dizendo: "Vou-me embora para Pasárgada. Lá sou amigo do rei. Lá tenho a mulher que quero na cama que escolherei. Vou-me embora para Pasárgada, ou melhor, vou fugir da Operação Pasárgada. Ou, ainda, é preciso esclarecer a Operação Pasárgada, além da violação do espaço do Poder Legislativo".

E aqui vale uma reflexão. Não consigo entender e, como ex-Prefeito por duas vezes, tentarei mostrar como são esses procedimentos de ações judiciais contra o INSS e o que possa ter ocorrido.

Foram presos 14 Prefeitos de forma muito espalhafatosa, espetacular, como sói acontecer com as operações da Polícia Federal: espetaculares. Nada contra a Polícia Federal apurar, mas cabe a nós, Deputados, de forma clara, o instituto da imunidade parlamentar para a defesa das idéias, dos postulados e dos interesses da população que nos elegeu.

No meu entender, com base no tempo em que advogado fui e assessor de Prefeituras fui, a imunidade parlamentar não é do parlamentar. A imunidade é do Parlamento. Nenhum Deputado pode abrir mão da sua imunidade porque ela não pertence a ele individualmente, pertence ao Poder. Por isso é que ontem homenageamos o Deputado Dalmo Ribeiro, porque, de forma estóica e despreziosa, abriu mão da imunidade, imaginando estar ajudando a Polícia Federal. Mas feriu de morte este Poder.

Não poderia a Diretoria da Casa nem o próprio companheiro Dalmo abrir mão da imunidade que é própria do Poder. Não permito que ninguém abra mão da minha imunidade. Não quis dizer isso ontem: estou dizendo isso hoje para que Minas Gerais saiba o que é o princípio de direito. Ou não estamos mais no Estado de Direito? Ou as coisas mudaram tanto que não sabemos mais o que é certo e o que é errado e qual o estamento que tem proteção para ajudar o povo? Não sabemos se vivemos em um Estado policial ou anárquico.

O Brasil hoje vive essa dicotomia. A anarquia generalizada, a bandidagem generalizada e o roubo generalizado. E o Estado policial aparecendo fantasticamente nas manchetes dos jornais e da televisão.

O que está correto nisso tudo? Meu querido Deputado Rêmolô Aloise, fico me perguntando qual foi o crime que os Prefeitos cometeram ao outorgar procuração a um escritório de advocacia. A meu ver, os Prefeitos que foram presos não cometeram crime algum. Se o advogado ou a empresa de advocacia tinha conchavo com Juiz, com gerente ou com Diretor da Caixa Econômica Federal, devem ser apenados, e não o pobre Prefeito que deu procuração para que esse advogado ou esse escritório de advocacia defendesse os interesses do seu Município, colocando de volta ao caixa dinheiro que é de propriedade do Município, e que o governo federal, por meio de legislação, pode reter, sem ação judicial. A Prefeitura deve ao INSS, que não precisa entrar na Justiça para receber seu crédito. Já na transferência, retém aquele dinheiro da Prefeitura.

Os Prefeitos que me perdoem, não sou seu advogado, mas não vejo culpa alguma defenderem os interesses de seus Municípios, que, muitas vezes, adquiriram dívida com o INSS em exercícios passados, por outros Prefeitos. Os seus valores estão retidos e, mais que isso, são considerados inadimplentes, não podendo, portanto, receber verbas estaduais ou federais.

Herdamos a Constituição de 1988, que foi chamada de cidadã, mas, na verdade, essa Constituição tem de ser revista. Não é preciso apenas regulamentar os vários artigos que ainda não o foram. O Estatuto da Infância e do Adolescente, que criou geração de criminosos no Brasil, também precisa ser revisto. E esta Casa parlamentar? Ela tem de preservar a sua autoridade. A autoridade está na capacidade que temos e na condição que nos é dada de defender idéias sem sermos presos, detidos por expressá-las.

Muitos dos companheiros que aqui estão, no mesmo período que eu, estavam iniciando sua carreira política e também foram meus companheiros de cadeia durante a ditadura. Agora, vemos a democracia prender 14 Prefeitos por um suposto crime a que todo o mundo vai assistir daqui a alguns dias. Os Prefeitos não cometeram crime algum, não fazem parte de quadrilha alguma. Se houve quadrilha no episódio da liberação de recursos do FPM por débitos das Prefeituras com o INSS, ela estava orientada e organizada pela caneta de um magistrado, que assinava a ordem judicial de liberação dos recursos para a conta dessas Prefeituras.

Fez-se escândalo com o rombo dos R\$200.000.000,00, e nenhum tostão foi para a conta dos 14 Prefeitos. Foi para a conta das Prefeituras. E estamos aqui assistindo a esse espetáculo dos Prefeitos pré-condenados. Aliás, no Brasil, depois da Constituição de 1988, quando reduzimos de 27% para apenas 14,1% a participação das Prefeituras no bolo tributário nacional, já estavam pré-condenadas à falência.

Dizia o meu querido e saudoso companheiro, pai da Constituição cidadã, que o homem vive no Município, portanto a origem do poder é no Município. Tudo é no Município. O homem trabalha, vive, cresce e produz no Município, mas os Municípios brasileiros estão falidos, Sr. Presidente.

Sei que V. Exa., Deputado Ademir Lucas, compreende perfeitamente o que estou dizendo porque é municipalista de há muito e acompanha de perto a situação dos Municípios.

Outro dia o Lula deu o grito dizendo que a Polícia Federal estava exagerando, mas a polícia é dele, da República, e não de Minas Gerais. Não consigo entender como uma ação policial pode ter respaldo num mandado de prisão sem culpa formada sobre homens que exercem o Executivo municipal, que têm nome e endereço, e a maioria deles moram há 20, 30 anos no mesmo lugar. Não consigo entender o porquê de uma prisão quase que preventiva, uma vez que determinada às escondidas, se se sabia quem era o ladrão. Está na cara que o ladrão era o Juiz que dava as sentenças, mancomunado com a empresa e com o advogado.

Como advogado que sou, fico até preocupado com isso, porque a própria Ordem não está conseguindo tirar os bandidos do meio dos bons advogados. Ainda existe advogado bandido e gente safada, mas é preciso pegar as pessoas corretas. Não se justifica a prisão de 14 Prefeitos, uma vez que eles não cometeram crime algum. Pagaram os honorários, e aqueles que não pagaram, se houve divisão de recursos por fora, acho até difícil de se provar isso, porque o Juiz, pelo que conheço, deu a ordem de liberação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para as Prefeituras. Não há como o Prefeito ter posto a mão nesse dinheiro que saiu do caixa do Tesouro nacional e foi parar direto na conta da Prefeitura. Então, onde é que o Prefeito deve?

Não tenho nenhum Prefeito que me apoiou que esteja nesse rol, mas tenho, sim, um primo, Prefeito de Medina, que foi preso. Não vou justificar o caso de Juiz de Fora, em que foram encontradas armas e o valor de R\$1.200.000,00 na casa do Prefeito. Isso é outro assunto. Aliás, o Prefeito pode explicar isso dizendo que o dinheiro é fruto da venda de algum imóvel e que resolveu guardá-lo em casa, mas a mim não interessa essa discussão. O que me interessa é que esta Casa, que precisa dos Prefeitos para eleger os nossos Deputados, tem de partir em defesa dos Prefeitos de Minas Gerais. Não podemos ficar aqui aquietados e tranquilos, sem fazer nada para defender os pobres Prefeitos, os

desgraçados Prefeitos de Minas Gerais, que, às vezes, são obrigados a artifícios para tentar fazer as obras de que o povo reclama e necessita. Pobres Prefeitos, desgraçada função de Prefeito.

Aliás, no ano passado, eu já dizia isso em relação à perseguição sistemática do Ministério Público aos Prefeitos, e, agora, vem a Polícia Federal. Meu Deus, o que está acontecendo neste país? Esta é a nossa pátria, a terra que queremos para nós, onde não se respeita autoridade nenhuma e se passa por cima de todos os direitos estribados na Constituição cidadã?

Grande Constituição! Que beleza de Constituição! Que beleza de Lei Magna que eu e Ademir Lucas, como Deputados na revisão na constitucional, quisemos consertar, e não permitiram. Lembro-me de que, só por sugestão da Amagis, apresentei 94 emendas na revisão da Constituição para tentar melhorá-la, mas não conseguimos porque o Poder Executivo manda no Congresso Nacional. Determina, e o cidadão entra no esquema daquela brincadeira de criança: "Faremos todos o que seu mestre mandar". Um país de genuflexos, de covardes, de medrosos. Enquanto isso, a Pátria é conspurcada, a honra é ferida a cada instante, e as pessoas já não distinguem o certo do errado.

"Vou-me embora para Pasárgada. Lá, sou amigo do rei. Lá tenho a mulher que quero na cama que escolherei."

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/4/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

nomeando Taira Paula Ponciano de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas.

Gabinete do Deputado Zezé Perrella

exonerando Carlos Augusto Coelho Neto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Carlos Augusto Coelho Neto para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Paulo Fernando Almeida Faria do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP;

nomeando Helga de Oliveira Guimarães Paiva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Paulo Fernando Almeida Faria para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Multipães Indústria e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de lanches para servidores e prestadores de serviços terceirizados e servidores da gráfica e xerox. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900. Licitação: Pregão Eletrônico nº 1/2008.